

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Cláudio Machado Maia

A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR COMO ESTRATÉGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Santa Cruz do Sul, janeiro de 2008

Cláudio Machado Maia

A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR COMO ESTRATÉGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof . Dr. Mário Riedl

Santa Cruz do Sul, janeiro de 2008

M217a	Maia, Cláudio Machado A agroindústria familiar como estratégia para o desenvolvimento regional / Cláudio Machado Maia; orientador, Mario Riedl. - 2008. 102 p. : il. Dissertação (mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2008. Bibliografia. 1. Agricultura familiar – Rio Grande do Sul. 2. Agricultura e Estado. 3. Economia agrícola – Rio Grande do Sul. 4. Inovações agrícolas – Rio Grande do Sul. 5. Desenvolvimento sustentável. 6. Desenvolvimento regional. I. Riedl, Mario. II. Universidade de Santa Cruz do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. CDD: 338.1098165
-------	---

Catálogo: Bibliotecária Solange Padilha Ortiz CRB 10/1211

Cláudio Machado Maia

A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR COMO ESTRATÉGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Prof. Dr. Mário Riedl
Professor Orientador

Prof. Dr. Silvio Cezar Arend

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen

À minha mãe, minha esposa e a meu filho, pelas angústias e preocupações que passaram por minha causa e pelos momentos que deixamos de estar juntos.

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio moral e material de minha mãe Estelita Machado Maia e de minha esposa Márcia Dallabrida. A elas renovo destacadamente meus agradecimentos.

Às minhas irmãs Jussara e Fátima, a quem admiro e considero. Pela compreensão e apoio, pela presença, carinho e mensagens de encorajamento ...

Ao Prof. Mario Riedl, por sua presença incondicional. Pela competência, profissionalismo, compreensão, dedicação e ensinamentos.

A vocês dedico este trabalho, com amor e gratidão!

AGRADECIMENTO

Não existe trabalho intelectual produzido solitariamente, ele está sempre amparado naqueles que indicam caminhos e nos dão o apoio para então seguirmos o nosso. Assim sendo...

... agradeço primeiramente à minha mãe Estelita Machado Maia e meu pai Trajano Pereira Maia (*in memoriam*), que me educaram, sem exitar, demonstraram estímulo, incentivo e paciência, dando-me aquela educação e apoio que só nossos pais sabem nos dar.

À minha esposa Márcia e ao meu filho Emanuel, por estarem ao meu lado, apoiando-me nos momentos difíceis e vibrando comigo a cada etapa vencida. Com toda certeza, esse trabalho é nosso.

Ao Prof. Mário! Sua compreensão, atenção e dedicação, seu empenho e seus conhecimentos foram um constante ensinamento e estímulo ao longo destes dois anos. Suas sugestões, ensinamentos, dedicação, caráter e profissionalismo foram um estímulo e um exemplo a se seguir ao longo desta e de outras produções acadêmicas. Agradeço pela oportunidade em poder tê-lo como orientador! Obrigado por teres sido mestre e amigo. Realmente fostes meu orientador!!!

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, professores, funcionários e colegas, por sua indispensável contribuição – em especial, funcionárias Cássia e Daniela pela compreensão, educação, calma, prestatividade, dedicação, atenção, simpatia, amizade e profissionalismo no atendimento e tratativas.

À EMATER e à COOPERFONTENOVA, pelo acompanhamento e por se colocar sempre à disposição, possibilitando a realização desta pesquisa. Que prontamente atenderam aos pedidos que lhe foram feitos... Por acreditarem que o apoio à educação é o melhor caminho a seguir.

À CAPES, pela bolsa concedida, um apoio fundamental para que este trabalho pudesse ser realizado com dedicação, tranquilidade e comprometimento.

À UNISC, universidade comunitária de qualidade, um outro extremamente indispensável, por possibilitar a realização desta e de tantas outras pesquisas.

Àqueles que já no início de meus na graduação e pós-graduação respeitaram e sugeriram alguns caminhos às respostas de minhas dúvidas e questionamentos. Em especial ao Prof. Pedro Silveira Bandeira (UFRGS) cujas orientações no curso de economia e após a graduação foram marcadas pelo profissionalismo, dedicação e pela disponibilidade em todos os momentos.

A todas as pessoas que fazem parte de minha vida e que compartilham comigo essa experiência

... meus sinceros agradecimentos!

“É melhor tentar e falhar que preocupar-se e ver a vida passar. É melhor tentar, ainda que em vão, que sentar-se fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar que em dias tristes em casa me esconder. Prefiro ser feliz embora louco, que em conformidade viver”.

Martim Luther King

RESUMO

Esta dissertação focaliza a situação vivenciada pelos agricultores familiares em função das transformações ocasionadas pela modernização tecnológica da agricultura, principalmente a partir do “fenômeno soja”, em meados da década de 1970, onde a região noroeste colonial do estado do Rio Grande do Sul foi palco de significativas mudanças no processo produtivo dos agricultores familiares, em que um grande número deles abandonou as atividades agrícolas e buscou alternativas para sua reprodução. A principal dificuldade foi a incorporação das novas tecnologias e a sua adequação ao padrão produtivo que passava a vigorar. Para a realização do estudo procedeu-se à combinação de três técnicas de investigação. A revisão histórica teve o propósito de compreender a relação entre Estado e agricultura familiar, ao longo da história do Brasil. Na análise documental identificou-se a forma como o desenvolvimento sustentável é percebido no discurso oficial e dos atores sociais; e nas entrevistas buscou-se aprofundar a análise documental. Essa dissertação consiste num estudo de caso, especificamente centrado no município de Crissiumal e as alternativas de desenvolvimento adotadas pela comunidade. Propõe-se apresentar como os agricultores familiares de Crissiumal reorganizaram os mecanismos de sua reprodução social sem depender ou promover uma modernização tecnológica nos processos produtivos e sem abandonar os princípios rurais que norteiam sua vida e seu comportamento. A análise da agroindústria familiar como estratégia de sustentabilidade e sua contribuição para o desenvolvimento regional, demonstrou como esta alternativa de produção e reprodução social permitiu que os agricultores familiares continuassem vivendo em suas propriedades e em sua comunidade local, contribuindo e participando de um processo de desenvolvimento endógeno, reconquistando sua dignidade e autoestima. Constatou-se que a agroindústria familiar tem desempenhado um papel de desenvolvimento regional, consistindo numa atividade local que ao mesmo tempo gera renda e mobiliza os setores locais. Buscou-se também demonstrar que as transformações que ocorreram no cenário rural do município de Crissiumal, não podem ser entendidas apenas como uma consequência do processo de modernização da agricultura ou da Revolução Verde, mas como uma estratégia de viabilizar a agricultura familiar em detrimento da situação de estrangulamento em que se encontrava o segmento. Para tal entendimento, recorreu-se aos conceitos de agricultura familiar, sustentabilidade, multifuncionalidade e região como referencial analítico que permitiu a nova interpretação de sua dinâmica de desenvolvimento. A dinâmica se dá através da inter-relação dos atores sociais públicos e privados, o governo municipal e a sociedade com o sistema produtivo local da agricultura familiar. Outra pretensão deste estudo foi a de contribuir para o conhecimento das mudanças recentes da sociedade gaúcha, residindo na tentativa de demonstração da peculiar forma de inter-relação entre as formas de trabalho e de produção entre agricultores familiares e as transformações sociais que se registraram no município de Crissiumal.

Palavras-chave: agricultura familiar, agroindústria familiar, sustentabilidade, desenvolvimento regional

ABSTRACT

This dissertation deals with the situation confronted by family farmers due to changes promoted by the agricultural technological modernization, mainly after the “soybean phenomenon”, in the mid 1970’s, when the northwest of the Rio Grande do Sul state was the stage of significant changes in the form of production of family farmers, with a large number of them being forced to abandon their farms and look for other reproduction alternatives, due to the difficulty to absorb new technologies and their adaptation to the new production pattern. For this study, three investigative methods were combined. The exploratory research was used for a thematic overview. The historical review meant to understand the relation between the State and family farming in Brazilian history. In the documentation analysis we identified how sustainable development is understood in the official discourse and by social actors; in the interviews we tried to enhance the documental analysis. This study is a case study, focused upon the county of Crissiumal and the development alternatives followed by the community. We tried to discuss how family farmers of Crissiumal reorganized the mechanisms of their social reproduction without depending on the technological modernization and without abandoning the rural principles that ordered their way of life and their behavior. The analysis of the family agroindustry as a strategy of sustainability and its role in the regional development process, showed how this production alternative allowed that the small producers remained in their properties and in their communities, contributing for a process of endogenous development, reconquering its dignity and self-esteem. We found out that family agroindustry has fulfilled a significant role in the regional development, consisting in a local activity which at the same time generates income and mobilizes local sectors. We tried also to demonstrate that transformations which occurred in the rural scenario of Crissiumal county cannot be understood as a consequence of the modernization process or of the Green Revolution, but as a strategy of viabilization of family farming in place of the situation in which the sector was. For this understanding we used an analytical reference that allowed a new interpretation of its development dynamics. The dynamic is characterized through the relationship between public and private actors, the county government and the society together with the local productive system of family farming. Another intention of this research was to contribute for understanding the recent social changes of the state’s society, consisting in the tentative to analyse the peculiar form of relation between the labor and productions strategies between family farmers and the social transformations that occurred in Crissiumal society.

Palavras-chave: family farming, family agroindustry, sustainability, regional development

LISTA DE FIGURAS

1	Mapa do Rio Grande do Sul – Divisão por COREDES	48
2	Mapa do COREDE Noroeste Colonial	50
3	Selo de garantia – Qualidade Fonte Nova	65
4	Rota Turística – Mundo Colonial	67
5	Mapa de Crissiumal – Agroindústrias e pontos turísticos	71

LISTA DE FOTOGRAFIAS

1	Palestra do Sr. Prefeito Municipal na Câmara de Vereadores de Crissiumal	68
2	Palestra proferida pelos extensionista da EMATER/RS-ASCAR	69
3	Ônibus / <i>treiller</i> da Cooperativa, equipado para exposição dos produtos em viagens e participação em feiras e eventos	74
4	Visitação às agroindústrias de vinhos e sucos	75
5	Agroindústria de aguardente orgânica	79

LISTA DE QUADROS

1	Processo de desenvolvimento do Pacto Fonte Nova e resultados alcançados	72
---	---	----

LISTA DE TABELAS

1	Distribuição dos estabelecimentos, da área e do valor bruto da produção segundo a propriedade da terra e os tipos de renda da agricultura familiar – Brasil 1995-1996.....	17
2	Distribuição dos estabelecimentos, da área e do valor bruto da produção segundo o tipo de mão-de-obra utilizada - Brasil 1995-1996.....	17
3	Indicadores de macroespecialização dos COREDES e do Rio Grande do Sul.....	54
4	Indicadores de população e Macrossetores produtivos do COREDE Noroeste Colonial.....	55
5	Produtos de maior especialização relativa dos municípios do COREDE Noroeste Colonial - QL's Agricultura Temporária.....	60
6	Produtos de maior especialização relativa dos municípios do COREDE Noroeste Colonial - QL's Agric Perm(1).....	61
7	Indicadores de macroespecialização e PIB do município de Crissiumal, do COREDE Noroeste Colonial e do Rio Grande do Sul	81
8	Indicadores de macroespecialização do município de Crissiumal	81

LISTA DE ABREVIATURAS

CNDR	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural
CNDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FETRAF-Sul	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FUNDAC	Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Crissiumal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAA	Ministério da Agricultura e do Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PNDRS	Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PMDR	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 – PERCEPÇÕES QUE PERMEIAM O CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR	23
2 – A NOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO	32
2.1 – NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE, MULTIFUNCIONALIDADE X POLÍTICAS PÚBLICAS.....	32
2.1.1 – <i>Multifuncionalidade e Agricultura familiar</i>	38
2.1.2 – <i>Uma definição: o conceito para região</i>	45
2.1.2.1 – <i>Região – na perspectiva de uma regionalização – os COREDES</i>	47
3 – COREDE NOROESTE COLONIAL: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO	49
3.1 – TÉCNICAS DE ANÁLISE REGIONAL – UM EXERCÍCIO TEÓRICO-PRÁTICO.....	51
4 – AGROINDÚSTRIA FAMILIAR – ALTERNATIVA DE REPRODUÇÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS NO MEIO RURAL.....	62
4.1 – AGROINDÚSTRIA FAMILIAR EM CRISSIUMAL.....	64
4.1.1 – <i>Público-alvo do Pacto Fonte Nova e estratégia de trabalho, atores locais/regionais</i>	67
4.1.2 – <i>Resultados alcançados pelo Pacto Fonte Nova</i>	70
4.1.3 – <i>Abordagem da multifuncionalidade da agricultura a partir dos resultados alcançados pelos agricultores familiares em Crissiumal</i>	82
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
6 – REFERÊNCIAS.....	94
7 – ANEXOS.....	97
ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS AOS AGRICULTORES.....	97
ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS AOS EXTENSIONISTAS.....	99
ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS AOS ATORES LIGADOS A COOPERFONTENOVA.....	101

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar brasileira apresenta dois traços que se mantêm constantes durante os 500 anos de história do País: sua produção ocupa papel importante no abastecimento interno e o Estado dispensa a ela tratamento marginal ou secundário. Quando, ao final do século XX, são criadas políticas públicas específicas direcionadas aos agricultores familiares, justifica-se que tenham sido cercadas por grandes expectativas. O peso dessas expectativas se deve não apenas às históricas demandas não atendidas, mas também e em grande medida, aos novos resultados esperados do campo, fruto de múltiplas funções que o setor vem agregando e da evolução do pensamento ambientalista, que cobra a associação obrigatória entre o aumento na produção agrícola e a manutenção do equilíbrio ambiental e promoção da equidade social. A capacidade da Agricultura Familiar de promover o desenvolvimento sustentável quando o Estado direciona suas políticas para o fortalecimento da agricultura familiar, é o tema central dessa dissertação.

Vejam os alguns elementos desse debate. A compreensão sobre o descaso para com a agricultura familiar requer uma breve lembrança sobre o perfil do Estado e suas alianças para cada período histórico. No período Colonial, os interesses de arrecadação da Coroa portuguesa determinavam seus vínculos com os grandes fazendeiros e a prioridade à agroexportação¹. No período Imperial, a identificação com os interesses de Portugal ainda era forte, e o Estado se estruturava em articulação com a dominação local dos grandes fazendeiros e seus interesses. Contudo, a agricultura familiar se amplia, tanto pela chegada de imigrantes europeus, como pela abolição da escravatura, no fim do período. A continuidade do domínio das oligarquias agrárias e a forte pressão dos cafeicultores monopolizando o apoio público marcaram o início da República. No Estado Novo, grupos urbano-industriais começam a dividir o poder sobre o aparato estatal. Com a chegada das tendências do *Welfare State*² ao País, o Estado amplia sua atuação sobre a promoção do desenvolvimento, mas a agricultura familiar continua secundária no projeto brasileiro. Então, vem o regime militar e a modernização da agricultura – excludente e conservadora.

¹ Convém lembrar que mesmo sem incentivos públicos e com desenvolvimento marginal, a produção familiar daquele período já participava do abastecimento interno, o que tem sido confirmado pela historiografia recente e que contraria as teses clássicas sobre o período colonial.

² *Welfare State* ou Estado do Bem-Estar Social, é o que o economista John Maynard Keynes denominou em seus postulados, defendendo a atuação estatal na solução das crises inerentes ao capitalismo.

Nos últimos anos do século XX, a transformação mundial do Estado do Bem-Estar Social encontra grande espaço de manifestação no Brasil, principalmente, devido à crise fiscal e ao endividamento público no País. A esses fatores soma-se a insatisfação com os resultados da ação de um Estado centralizador, voltado aos interesses de uma minoria da população brasileira. Deve-se a isso a redução de recursos externos, desarticulando o sistema de crédito rural, motor da transformação tecnológica da produção agrícola. E, além disso, há a interrupção dos investimentos em infraestrutura rural e o desmantelamento de serviços ofertados aos agricultores, como o crédito e a extensão rural, por exemplo. Com o fortalecimento das teses liberais, avançam as tendências de implantação de um Estado mínimo.

Ao mesmo tempo que a Constituição de 1988 delimita o processo de descentralização na gestão de recursos públicos, com implantação do princípio da subsidiariedade e a construção de um federalismo cooperativo, o repasse de recursos da União fica sujeito à existência de conselhos municipais, os quais se multiplicaram pelo País, com atuação em diferentes setores, como saúde, educação, infância, meio ambiente e desenvolvimento rural.

A descentralização municipalista é fortalecida pela ação dos grupos organizados na sociedade civil, que cresceram e se consolidaram a partir das lutas pela abertura política no País. A agricultura familiar que historicamente esteve presente nos movimentos de resistência e atuando em espaços marginais de participação, se insere no novo processo de gestão pública por meio de suas organizações³. Com o segmento da agricultura familiar representando mais de 85% das propriedades rurais no Brasil (SILVA, 1992), conforme verificado nas Tabelas 1 e 2 na seqüência apresentadas, sua importância é destacada por responder por quase 40% da produção nacional e por envolver sete de cada dez pessoas ocupadas no campo, apesar de ter

³ Dentre suas organizações, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, o qual ganha respaldo junto a população urbana ao pressionar o ressurgimento do debate em torno da concentração fundiária, com a reforma agrária sendo levada à agenda de prioridades nacionais. Também a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Agriculturas – CONTAG se fortalece, ampliando sua atuação para além das reivindicações trabalhistas, se apresentando como representante de um grupo aglutinado sob o conceito de agricultura familiar.

acesso a menos de 30% da terra e somente à quarta parte dos financiamentos agrícolas⁴. E, é neste contexto que surge, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF⁵. O programa foi lançado como a primeira política federal direcionada exclusivamente a esse segmento, refletindo as novas configurações institucionais resultantes da reforma do Estado e o momento de crescimento da participação popular na gestão pública.

Tabela 1 - Distribuição dos estabelecimentos, da área e do valor bruto da produção segundo a propriedade da terra e os tipos de renda da agricultura familiar - Brasil 1995-1996

Propriedade da terra e tipos de renda	Estabelecimentos		Área total		Valor bruto da produção	
	Nº absolutos	%	Hectares	%	Em R\$1.000	%
Total familiar	4.139.369	85,18	107.768.450	30,48	18.117.725	37,91
Maiores rendas	406.291	8,36	24.141.455	6,83	9.156.373	19,16
Renda média	993.751	20,45	33.809.622	9,56	5.311.377	11,11
Renda baixa	823.547	16,95	18.218.318	5,15	1.707.136	3,57
Quase sem renda	1.915.780	39,42	31.599.055	8,94	1.942.838	4,06
Patronal	554.501	11,41	240.042.122	67,88	29.139.850	60,97
Instituições religiosas	7.143	0,15	262.817	0,07	72.327	0,15
Entidades públicas	158.719	3,27	5.529.574	1,56	465.608	0,97
TOTAL	4.859.732	100,00	353.602.963	100,00	47.795.509	100,00

Fonte: DIEESE/NEAD/MDA, 2006.

Obs.: Exclui os estabelecimentos cuja propriedade da terra não foi identificada

Base: IBGE, Censo agropecuário 95/96.

Tabela 2 - Distribuição dos estabelecimentos, da área e do valor bruto da produção segundo o tipo de mão-de-obra utilizada - Brasil 1995-1996

Tipo de mão-de-obra	Estabelecimentos		Área total		Valor bruto da produção	
	Nº absolutos	%	Hectares	%	Em R\$1.000	%
Só mão-de-obra familiar	3.183.221	76,90	62.995.259	58,45	10.733.196	59,24
Mão-de-obra familiar e temporária	197.185	4,76	5.951.935	5,52	1.038.694	5,73
Mão-de-obra familiar, temporária e permanente	12.919	0,31	1.190.677	1,10	219.764	1,21
Mão-de-obra familiar e emprego de máquinas	242.383	5,86	7.521.209	6,98	2.092.048	11,55
Mão-de-obra familiar e demais combinações	503.661	12,17	30.109.369	27,94	4.034.023	22,27
TOTAL	4.139.369	100,00	107.768.449	100,00	18.117.725	100,00

Fonte: DIEESE/NEAD/MDA, 2006.

Obs.: Exclui os estabelecimentos cuja propriedade da terra não foi identificada

Base: IBGE, Censo agropecuário 95/96.

⁴ Conforme o DIEESE/NEAD/MDA, 2006, p.177-211. Uma síntese para caracterização da agricultura familiar brasileira é feita no capítulo 1.

⁵ O PRONAF foi instituído por meio do Decreto 1.946, de 28/06/1996, pelo então Ministério da Agricultura e do Abastecimento, tendo como objetivo geral aumentar a produção, melhorar a qualidade de vida e ampliar a cidadania dos agricultores familiares brasileiros (MAA, 1996 Apud MDA, 2007).

Por outro lado, as idéias discutidas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Rio-92 ganharam popularidade no mesmo período de criação do PRONAF. Norteadas pelo aparente consenso nacional, a defesa do desenvolvimento sustentável passou a ser incorporada aos documentos do governo, aos discursos do Legislativo e aos currículos das escolas. E, apesar do conceito de sustentabilidade apresentar grandes variações de significados, muitas vezes com o significado sendo utilizado de acordo com a conveniência de quem fazia o seu uso, o fato é que as questões ambientais aos poucos foram permeando os discursos em diferentes setores da sociedade⁶. E o PRONAF surge justamente no período em que o Governo brasileiro assume o desafio de internalizar nas políticas públicas, a partir do compromisso de construção da Agenda 21 Brasileira, os princípios do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto o presente estudo busca discutir os impactos da (re)emergência da agroindústria familiar como estratégia de desenvolvimento sustentável de uma região, no período de 1990 a 2005, e de forma específica, demonstrar a geração de emprego e renda na área de abrangência da agroindústria familiar, o papel de multifuncionalidade da agricultura familiar na região, compreendendo a agroindústria familiar como uma estratégia de transformação social e multifuncional ao processo de desenvolvimento local e regional. Ao final, pretende-se ter respondido à seguinte questão: como construir uma alternativa de crescimento e desenvolvimento regional onde as famílias do meio rural tenham oportunidade de permanecer na sua localidade, desempenhando atividades econômicas e gerando melhoria na qualidade de vida?

Para a realização da pesquisa procedeu-se a combinação de três técnicas de investigação.

Pesquisa exploratória: etapa inicial que possibilitou formar uma visão geral sobre o tema, seu significado e o contexto onde ele se insere. Levando o pesquisador à descoberta de enfoques, percepções e terminologias novas para ele, contribuindo para que, paulatinamente, seu próprio modo de pensar fosse sendo modificado. Resumindo, objetiva-se desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias nesta pesquisa e para estudos posteriores; com uma

⁶ Porém ainda enfrentando dificuldades em se transformar em ações concretas.

postura não exclusivamente economicista no planejamento; envolvendo levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso; mostrando uma visão geral aproximativa; sendo a primeira etapa da investigação mais ampla.

Revisão histórica: realizada com o propósito de compreender a relação entre Estado e agricultura familiar, ao longo da história do Brasil. Contrastando com a predominância da grande agricultura (patronal) na historiografia brasileira, a compreensão quanto ao papel dos agricultores familiares requereu pesquisa bibliográfica, em livros, documentos e atividades do estágio de docência em duas disciplinas de História – História do Brasil Colônia e História do Rio Grande do Sul –, de forma a formar uma base de conhecimentos a identificar o perfil das medidas públicas e o contexto histórico em que se desenvolveu o segmento da agricultura familiar.

Análise documental: possibilitou identificar a forma como o desenvolvimento sustentável é percebido no discurso oficial e dos atores sociais, confrontando a visão predominante com a visão do setor/segmento objeto de análise.

Entrevistas: buscando aprofundar e complementar a análise documental, foram ouvidos 20 agricultores familiares do município de Crissiumal, técnicos / extensionistas da EMATER/RS-ASCAR. Também foi ouvido o coordenador da cooperativa COOPERFONTENOVA de Crissiumal e lideranças do setor no município. Os dados da pesquisa de campo para a realização desta dissertação foram levantados a partir dos contatos iniciais em meados de agosto do ano de 2005 (fase preliminar do anteprojeto de pesquisa) até as viagens de estudos e discussões realizadas ao longo dos anos de 2006 e 2007, numa periodicidade quase que trimestral, para o acompanhamento das lidas diárias e convivência com os agricultores familiares.

Esta pesquisa problematiza a situação vivenciada pelos agricultores familiares em função das transformações ocasionadas pela modernização tecnológica da agricultura, principalmente a partir do “fenômeno soja”, em meados da década de 1970, onde a região

noroeste colonial do estado do Rio Grande do Sul foi palco de significativas mudanças na forma de produzir dos agricultores familiares⁷, onde um grande número de agricultores familiares viu-se forçado a abandonar suas atividades rurais e buscar alternativas para sua reprodução, em face da dificuldade da incorporação dessas novas tecnologias e de sua adequação ao padrão produtivo que passava a vigorar. Em função desta contextualização, ressalta-se que essa pesquisa trata-se de um estudo de caso, especificamente centrado no município de Crissiumal e as alternativas de desenvolvimento adotadas pela comunidade.

A condução do estudo para responder a questão que delimita a pesquisa, começa com a discussão sobre as diferentes percepções que permeiam o conceito de agricultura familiar, feita no **capítulo 1**, a partir de elementos do processo de formação histórica, chegando-se às nuances que se expressam no seu desenho atual. Resgatando-se os atores responsáveis pela produção de alimentos no Brasil, que quase sempre pouco citados na historiografia brasileira, destacando-se as peculiaridades dos contextos históricos que condicionaram as mudanças da denominação daqueles atores, até chegar à definição atual de agricultura familiar, pragmática e operacional. Objetivando a análise, ainda que não exaustiva, da contextualização e do percurso teórico adotado nesta pesquisa, esse capítulo busca, conforme assinala PORTO e SIQUEIRA (1994, p. 76), uma rápida reflexão sobre a contextualização e percurso teóricos de alguns conceitos e categorias empíricas relativos à pequena produção no Brasil, face a multiplicidade de categorias empíricas expressivas da complexidade do campo brasileiro. Ressaltando-se que no âmbito do objeto aqui estudado constata-se a ocorrência de problemas e questões que perpassam tanto o rural como o urbano, configurando temáticas que pelo seu caráter transversal podem permitir novos recortes.

No **capítulo 2**, é apresentada a linha evolutiva de pensamento em torno da incorporação da noção de sustentabilidade no processo de desenvolvimento. Ainda nesse capítulo, busca-se identificar as múltiplas funções da agricultura familiar e os papéis desempenhados pelo segmento no meio rural, permitindo compreender sua importância na

⁷ Foram várias as formas de reação a essas transformações, sendo as mais conhecidas as que caracterizaram o deslocamento de milhares de agricultores do sul que se transferiram para o norte e para o centro-oeste do Brasil; as que levaram ao surgimento de movimentos sociais organizados – os sem terras, os atingidos por barragens; os que estimularam o surgimento de novas estratégias de reprodução familiar, e finalmente, as caracterizações de êxodo rural (SCHNEIDER, 1999, p.86-87).

identificação de potenciais endógenos de desenvolvimento regional, bem como a sua influência para a identificação e definição de uma ruralidade, territorialidade e uma tentativa de definição do conceito de região.

Uma vez delimitado o conceito de agricultura familiar (e suas imprecisões) adotado nesse estudo, apresentada a noção de sustentabilidade e as múltiplas funções que tem (ou pode ter) a produção familiar, definições de ruralidade, território e conceito de região, apresenta-se no **capítulo 3**, uma breve caracterização sobre a regionalização do Rio Grande do Sul por Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES, bem como a sua importância para qualquer processo de regionalização que se possa vir a considerar. A caracterização do COREDE Noroeste Colonial, região onde está localizado o município de Crissiumal objeto do estudo de caso a ser apresentado no capítulo seguinte, é apontado como predominantemente composto por pequenas propriedades.

No **capítulo 4** é feita uma análise sobre agroindústria familiar e a apresentação de um estudo de caso, enfocando, hipoteticamente, os resultados alcançados onde a agroindústria familiar consiste numa alternativa viável no sentido da persistência e reprodução de muitas famílias no meio rural da região de estudo – o caso de Crissiumal, proporcionando estabilidade no nível de renda, emprego e qualidade de vida; com as agroindústrias do município desempenhando um papel de desenvolvimento regional, proporcionando ocupação, especialização e diversificação na atividade econômica, em torno do período de 1990 a 2005. Na análise, foram coletados dados junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fundação de Economia e Estatística – FEE, EMATER/RS-Ascar, além da combinação de informações disponibilizadas por pesquisas realizadas nos últimos cinco anos⁸. Esse capítulo visa avaliar a aplicabilidade da fundamentação teórica adotada e apresentar sugestivamente os avanços que a gestão pública pode viabilizar na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável e

⁸ Ver CARNEIRO e MALUF (2003), DIEESE/NEAD/MDA (2007), PÉRICO e RIBEIRO (2005), PAIVA (2006, 2005 e 2004), SCHNEIDER (2005), VERDE (2004), VEIGA (2003 e 2002).

endógeno⁹ como alternativa de reprodução social, no que se refere à promoção da agricultura familiar¹⁰.

No **capítulo 5**, estão reunidos os principais aspectos discutidos e apontados ao longo do estudo. São apresentadas considerações finais sobre as alternativas de reprodução da agricultura familiar, dos princípios de sustentabilidade e multifuncionalidade alcançados pelo Governo em suas políticas direcionadas à agricultura familiar, sendo destacados os resultados já obtidos nas ações realizadas ao longo dos mais de dez anos do PRONAF e das agroindústrias familiares.

⁹ Um determinado subsistema apresenta desenvolvimento (rigorosamente) endógeno quando esse processo é articulado desde dentro, não contando com qualquer auxílio ou investimento do sistema maior, mas contando com a mobilização e acumulação de recursos dos agentes beneficiários do processo, que habitam na região e que são os responsáveis pela conquista e colocação da produção regional no exterior (exterior = outras comunidades, outras regiões).

¹⁰ As análises aqui apresentadas sobre as agroindústrias familiares localizadas em Crissiumal e localidades, são consequência da abordagem teórico metodológica aqui adotada para descrever um processo de desenvolvimento regional endógeno.

1 PERCEPÇÕES QUE PERMEIAM O CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR

Agricultura familiar não é propriamente um termo novo, mas seu uso recente, no Brasil, com ampla utilização nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquirindo novas significações. Mesmo estando em evidência, o conceito de agricultura familiar não está claramente desenhado. No processo de implementação do PRONAF, por exemplo, para delimitar seu público beneficiário, a opção foi a utilização “operacional” do conceito, centrado na caracterização empírica de um grupo social bastante heterogêneo (PORTO, 1997).

No meio acadêmico, alguns autores buscam aprofundar suas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, propondo um tratamento mais analítico e menos operacional. Entre as questões que permeiam o debate que se estabelece, destacam-se diferentes visões sobre as origens do conceito. Uma das linhas de pensamento tem como foco o caso europeu, considerando que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada nas transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. Para essa corrente não há sentido em buscar as origens históricas do conceito, como, por exemplo, estabelecer uma relação com a agricultura camponesa. Conforme Abramovay (1992, p.22), “[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”.

Apesar do caráter familiar presente entre essas duas conceituações, Abramovay (1992) considera que há uma diferença conceitual, cuja origem está nos diferentes ambientes sociais, econômicos e culturais que caracterizam cada uma. “A própria racionalidade de organização familiar não depende da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve” (ABRAMOVAY, 1992, p.23). Nesse mesmo sentido, Servolin considera a predominância de agricultores familiares modernos como um fenômeno recente. O que ele determina como agricultura individual moderna é considerada um novo personagem, diferente

do camponês e gerado a partir dos interesses e das iniciativas do Estado (SERVOLIN apud WANDERLEY, 1999, p.36).

Para outra corrente de pensamento, a qual será adotada neste estudo, agricultura familiar é um conceito em evolução, com significativas raízes históricas. Uma das autoras dessa linha, Nazareth Wanderley, apresenta a agricultura familiar como um conceito genérico, que incorpora múltiplas situações específicas, sendo o campesinato uma dessas formas particulares. Para essa autora, as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com formas anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. (WANDERLEY, 1999, p.22).

Para o caso brasileiro, a autora considera que o agricultor familiar, mesmo que moderno, inserido ao mercado, “[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças” (WANDERLEY, 1999, p.52-53). Os traços camponeses mencionados pela autora, bem como o perfil do campesinato no País, têm sido objeto de muitos debates na literatura brasileira.

A década de 1950 é o marco histórico na utilização do conceito de camponês e campesinato no Brasil, inicialmente pelo debate político em torno das lutas dos trabalhadores no campo, e depois pelos embates teóricos dentro da ciência social brasileira. Porto (1997) afirma que é a partir deste período que se pode falar de uma questão agrária brasileira, onde o rural se constitui de forma mais sistemática como objeto teórico e empírico de estudos, e se afirma enquanto problema político.

Naquele momento, foram importadas as teorias construídas a partir da análise de trajetórias históricas européias e, em especial, sobre a situação da Rússia no fim do século XIX e início do século XX. Do conceito clássico de camponês, pode-se resgatar algumas

características básicas que configuram uma estrutura particular da sociedade. Cardoso (1987) destaca quatro:

A primeira é um acesso estável à terra, ou na forma de propriedade, ou mediante algum tipo de usufruto. A seguir o trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional. A terceira característica seria a auto-suficiência combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente, onde o objetivo está na realização de trocas por produtos utilizados no consumo da família. Por último, está a presença de um certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros (CARDOSO, 1987, p.56-57).

Wanderley (1999, p.29-30) também destaca esse aspecto da autonomia, de caráter demográfico, social e econômico e enfatiza a capacidade da economia camponesa em promover a subsistência imediata e a reprodução da família pelas gerações futuras. Segundo a autora, essa especificidade no sistema de produção camponesa e a centralidade na constituição do patrimônio familiar formam as características fundamentais do campesinato clássico. Um outro aspecto essencial na compreensão do camponês tradicional é seu sistema produtivo do tipo policultura-pecuária. A diversificação de culturas configura-se como parte da estratégia adotada pela família camponesa, que tem na combinação com a criação de animais sua alternativa de fertilização dos solos e melhoria na produtividade dos cultivos.

Essas características do campesinato europeu e a não identificação integral das mesmas características no rural brasileiro, deram margem a um forte debate na década de 1960, pondo em questionamento a real presença de camponeses no Brasil. Embora a retomada do debate não seja o foco desse estudo, é interessante destacar o posicionamento de Prado Júnior, como um dos principais expoentes da tese da inexistência de “restos feudais” no País, sobre a referida questão da autonomia. Ele defende que, na teoria clássica, o camponês é o efetivo ocupante e explorador da terra, o empresário da produção, mesmo que não seja o proprietário. É o detentor dos meios de produção, tais como os instrumentos e os animais de trabalho. O camponês é explorado pelo senhor feudal pelos privilégios que esse se acha revestido e que determinam as obrigações dos camponeses em fornecer-lhe alimentos e trabalho (PRADO JUNIOR, 1972).

Prado Júnior questiona a transposição mecânica do conceito de camponês para o caso brasileiro, descartando a existência de latifúndio em moldes feudais ou semif feudais no Brasil ao considerar que desde os primeiros tempos implantou-se aqui a grande propriedade rural de exploração comercial em larga escala e realizada com trabalho escravo. O autor destaca que no Brasil sempre existiu a disputa entre a pequena e a grande agricultura, sendo que esta sempre se fortaleceu com a exploração daquela. O fazendeiro era um homem de negócios, que produzia mercadorias, e não um rentista como era o senhor feudal. Ele defende portanto, que a sociedade brasileira possui caráter capitalista desde suas origens.

Outros teóricos contrapunham as idéias de Prado Júnior, argumentando que as relações entre o senhor de engenho e seus agregados, entre os fazendeiros e os colonos e entre o proprietário de terras e os meeiros e parceiros não eram de assalariamento. Eram relações complexas e contraditórias, que tanto poderiam indicar traços capitalistas como traços feudais. Sendo que o fato é que, contraditório ou não, conforme Porto (1997, p.27), o conceito de campesinato não só permaneceu como instrumental analítico dos estudos sobre o campo brasileiro, mas também pareceu conquistar espaço hegemônico, dando unidade a uma diversidade de relações de trabalho e de formas de acesso à terra, tais como parceria, arrendamento, morada, pequena propriedade.

Assim, camponês passou a ser o termo que unificou um conjunto de situações e denominações atribuídas àqueles responsáveis pela produção de alimentos para o abastecimento interno e para sua própria subsistência, ao longo de toda a história do País (SILVA, 1980). Martins (1981) apresenta pelo menos três denominações diferentes para o mesmo homem rural, que depois é chamado de camponês. Em São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná, ele era conhecido como caipira. No nordeste, chamava-se tabaréu. Para diferentes regiões do país se encontrava o caboclo. Para o autor, são palavras de duplo sentido, que referem-se ao agricultor, a quem vive no campo, também significando uma pessoa rústica, atrasada e ingênua, ocorrendo um escamoteamento conceitual devido ao fato de, no Brasil, termos uma história urbana dos que participam do pacto público, sendo o camponês visto como um ator que participa sem ser essencial.

A partir de 1808, com a chegada de D. João VI ao Brasil, tem início as políticas de incentivo à imigração de trabalhadores europeus. Mesmo que em pequenas proporções, os colonos suíços, açorianos e alemães trazidos por D. João VI dão início a uma tendência de formação de núcleos compostos por pequenos lotes voltados à produção de alimentos destinados ao abastecimento da população urbana. Com o crescimento da lavoura cafeeira, o processo de imigração européia é intensificado, predominando a origem italiana, que vinha na condição de assalariados das fazendas de café. A partir de então, amplia-se a formação de pequenas propriedades de colonos europeus pelo sudeste e sul do País. Como nas áreas de domínio da cultura cafeeira, a grande fazenda oferecia resistência à consolidação dessas pequenas propriedades, no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde não havia a supremacia de uma cultura de exportação, os imigrantes europeus encontraram facilidades e formaram um tipo específico de unidade familiar de produção.

O interessante a observar é que, apesar das diferenças entre os diversos grupos camponeses, a sua configuração apresentava uma unidade: a posição secundária que ocupavam dentro do modelo de desenvolvimento do País desde sua origem. Enquanto a grande propriedade recebia estímulos dos governantes e garantias para sua produção e consolidação, as formas camponesas eram colocadas à margem das políticas públicas. Conforme Wanderley (1999, p.38),

históricamente foi um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Sendo a trajetória desse setor permeada de lutas por um espaço próprio na economia e na sociedade, por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como espaço de trabalho da família.

O camponês no Brasil se diferencia da estrutura camponesa européia por não ser capaz de fechar o círculo da subsistência, por ter tido um espaço marcado pela precariedade estrutural, que o incapacitou de desenvolver todas as potencialidades do sistema clássico de produção de vida social. Diferentemente da situação clássica, o camponês no Brasil ocupava os espaços deixados pela grande agricultura, assumindo um caráter marginal e encontrando dificuldades para implantar um sistema produtivo diversificado, tipo policultura-pecuária, próprio do campesinato tradicional. A ausência de criações afetava as possibilidades de

fertilização natural, que era compensada pelos constantes deslocamentos das áreas de culturas, com a mobilidade espacial como sua forma de assegurar o projeto para o futuro. O compromisso com a reprodução da família se dava pela prática de uma agricultura itinerante e pelo sistema de posse precária da terra. De certa forma, o patrimônio transmitido era o próprio modo de vida (WANDERLEY, 1999, p.39).

Com o crescimento das lutas no campo, nos anos de 1950 e da ação da esquerda brasileira, marcadamente pelo Partido Comunista, ocorre a politização do conceito de camponês, que passa a dar unidade conceitual a uma grande diversidade de relações de trabalho e de formas de acesso à terra. O fortalecimento das Ligas Camponesas é exemplo disso. Para a polarização das posições, da mesma forma se busca identificar em um conceito único as diferentes representações dos grandes proprietários, com os senhores de engenho do nordeste, os estancieiros do sul, os fazendeiros de café do sudeste e os seringalistas no norte, passando então a serem denominados de latifundiários. Sendo essas palavras – camponês e latifundiários – palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses (MARTINS, 1981).

Por outro lado, dentro da lógica do modelo de desenvolvimento adotado para o campo, voltado para a modernização tecnológica em produtos agrícolas de exportação, o conjunto de agricultores passa a ser classificado quanto ao tamanho de suas áreas e de sua produção, divididos em pequenos, médios e grandes produtores. O interesse era escamotear as desigualdades de acesso à terra, por exemplo, estabelecendo categorias operacionais, visando à aplicação diferenciada das políticas públicas como o crédito rural, a pesquisa e a extensão rural. Dessa forma os camponeses passam a ser tratados como pequenos produtores.

... pode-se afirmar que o conceito de pequena produção contribui para uma relativa despolitização do tema. (...) ao conceito de campesinato associava-se, sobretudo um conteúdo político e ideológico que se torna profundamente nuançado no conceito de pequena produção (PORTO, 1997, p.29).

Com o objetivo de amenizar as pressões pela reforma agrária, o governo instituiu o Estatuto da Terra, em 30 de novembro de 1964. Legislação que embora importante como

medida pública voltada à reforma agrária, foi bastante transformada, desde sua concepção original, por vetos e emendas que visavam incorporar os interesses anti-reformistas. Assim prevaleceu a via tecnológica, produtivista, de transformação do campo pela modernização da agricultura. Bruno (1997, p.131) destaca que a Estatuto da Terra, embora tenha estabelecido a propriedade familiar como base para a reforma agrária, ao mesmo tempo delegou à grande empresa rural a função condutora da modernização e único exemplo eficaz de uso racional da terra.

A ação do Estado no período militar privilegiou a grande propriedade geradora de divisas pela exportação de produtos agrícolas e enquanto mercado consumidor de produtos de origem industrial destinados à agricultura, como máquinas e insumos, consolidando os chamados complexos agroindustriais. Através de instrumentos de política agrícola garantidores do lucro das indústrias e sem prejuízo dos grandes agricultores, foi disponibilizado crédito com juros especiais e subsídios, transferindo para outros setores da sociedade o ônus da remuneração do capital industrial. Outra forma de atuação do Estado foi através da expansão da fronteira agrícola, criação de infra-estrutura e serviços para instalação de médias e grandes empresas nas regiões Centro-oeste e Norte (ROCHA, 1992). Os projetos de colonização, executados na maior parte por empresas particulares, foram alimentados pela multiplicação fundiária nos estados do sul do País, liberando um contingente migratório direcionado de forma mais intensa para Mato Grosso (na época era um único Estado) e Rondônia. Esse processo resultou na formação de um segmento de agricultores de base familiar, na maioria sulista com origem européia, bastante tecnificada e inserida no mercado. E, ao mesmo tempo, gerou a expulsão de posseiros e extrativistas, aumentando os conflitos no campo.

Porto (1997) destaca que, nos anos de 1970 a pesquisa acadêmica passa por uma “transição conceitual”, com o conceito de pequena produção sendo usado de forma operacional, caracterizando empiricamente os grupos estudados, enquanto que o conceito de campesinato mantinha sua função relativa à questões abrangentes de histórico e funcionalidade dos grupos analisados.

No final dos anos de 1970 e início de 1980 evidencia-se uma polarização e adjetivação do conceito, dividindo-se em *pequena produção integrada*, no qual estavam todos aqueles agricultores de características familiares que duplamente se integraram ao processo produtivo ditado pelos complexos agroindustriais e, conseqüentemente, pelo mercado; e *pequena produção excluída da integração*, no qual eram caracterizados todos os outros que permaneciam à margem da modernização da agropecuária brasileira. Com esse processo de modernização conservadora, o foco da reflexão se fixa nas relações de subordinação da pequena produção ao capital, principalmente o controlado pelos complexos agroindustriais. Conforme os estudiosos e teóricos da época, os primeiros seriam os trabalhadores para o capital e caminhavam para sua proletarização, já que a integração à agroindústria era analisada como uma forma disfarçada de assalariamento, devido ao grau de controle e poder da agroindústria e à falta de autonomia do agricultor, enquanto para os excluídos era uma questão de tempo para que perdessem as possibilidades de sobrevivência na agricultura e migrassem para os grandes centros urbanos, aumentando o êxodo rural.

No auge do processo de redemocratização do País, em meados de 1980, há uma retomada da organização dos movimentos do campo, uns com ação apenas local e regional e outros em nível nacional, com os trabalhadores rurais conseguindo dar maior visibilidade à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, sua organização central. Por outro lado, o surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, inicialmente reunido no Rio Grande do Sul e depois nacionalmente, envolvendo diversos grupos de agricultores que lutavam pelo acesso à terra. Outros grupos específicos surgem, que embora não encontrassem representação junto à CONTAG ou ao MST, se organizaram localmente, como por exemplo, os agricultores deslocados pela construção de barragens, os seringueiros, entre outros grupos.

Com diferentes estratégias e orientações, esses diversos grupos pressionam o Estado por políticas que os incluam no processo de desenvolvimento do País, inserindo suas reivindicações na pauta de prioridades do governo. As ações implementadas pelos grupos e movimentos sociais demonstraram que, acima de tudo, não se comprovou a hipótese de que o desenvolvimento capitalista no campo levaria ao desaparecimento dos pequenos produtores, integrados ou não. Então, na década de 1990, as pesquisas acadêmicas se preocupam mais em

descrever o papel exercido por esse segmento social na estrutura político-econômica do País e em sugerir formas para inserir as parcelas ainda excluídas do processo de desenvolvimento. É nesse contexto que o termo agricultura familiar se consolida e se difunde nos diferentes setores da sociedade.

2 A NOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

2.1 Noções de Sustentabilidade, Multifuncionalidade x Políticas Públicas

São recentes os esforços para incorporar a noção de sustentabilidade nas políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento no Brasil, ficando mais visíveis principalmente a partir do final do século XX.

A preocupação com a sustentabilidade tornou-se política pública permanente e determinante das estratégias de desenvolvimento de praticamente todos os países. Várias reuniões internacionais sobre a temática da sustentabilidade foram promovidas pela ONU a partir dessa preocupação.

CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO (1972)

A institucionalização da questão ambiental no Brasil se efetiva a partir da década de 1970, com forte influência da discussão internacional e o aumento da divulgação dos problemas ambientais. Como marco desse momento, temos a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, muitas vezes vista como o evento central da emergência da idéia de desenvolvimento sustentável, especialmente na agenda internacional.

Como principal contribuição desse Evento, temos o Relatório Brundtland, que passou a ser utilizado como instrumento chave nas discussões posteriores sobre a noção de sustentabilidade.

RELATÓRIO BRUNDTLAND - Our Common Future (1987)¹¹

A origem do evento na Assembléia Geral das Nações Unidas ofereceu mais legitimidade que eventos anteriores. Incorporou elementos ao debate sobre o desenvolvimento sustentável dentro do contexto econômico e político de desenvolvimento internacional e fortaleceu a posição do tema do meio ambiente na agenda política internacional. Nesse sentido, o documento conclui que ‘é inútil atacar sem uma ampla perspectiva que englobe os fatores que permeiam a pobreza e as desigualdades mundiais’ (CMMAD, 1988, p.9). Os autores defendem que o combate à pobreza e a busca de uma maior equidade são essenciais para o desenvolvimento sustentável.

As estratégias de crescimento rápido são questionadas, já não levam o desenvolvimento ao conjunto da sociedade, como ocorre, por exemplo, nos países em desenvolvimento. O Relatório Brundtland chama a atenção a um aspecto importante do setor agrícola desses países. Analisam a distribuição de renda como aspecto chave da qualidade do crescimento, argumentando, também, que um crescimento rápido e desigual pode ser pior que um crescimento mais lento, que favoreça uma distribuição que alcance os mais pobres. Neste sentido, a modernização do setor agrícola é verificada como potencializadora de desigualdades.

Em muitos países em desenvolvimento, por exemplo, a introdução da agricultura comercial em grande escala pode gerar receita com rapidez, mas também pode desalojar muitos pequenos agricultores e tornar mais injusta a distribuição de renda. Em longo prazo pode não ser uma estratégia viável, pois empobrece muita gente e aumenta a pressão sobre a base de recursos naturais mediante a supercomercialização da agricultura e a marginalização dos agricultores de subsistência. Dar preferência ao cultivo em pequenas propriedades pode proporcionar resultados mais lentos no princípio, mas no longo prazo pode ser mais viável (CMMAD, 1988, p.56).

¹¹ Título original em inglês: *Our common future*. Oxford / New York, Oxford University Press, 1987. Após 15 anos de paralisação e deterioração da cooperação global, o Relatório é apresentado à Assembléia Geral da ONU em 20 de março de 1987 por Gro Harlem Brundtland tratando do desafio imposto à comunidade mundial em torno de “Uma agenda global para mudança” que indicasse rumos para um desenvolvimento sustentável e que protegesse os interesses das gerações futuras (CMMAD, 1988).

O relatório enfatiza que há a necessidade de articulação entre as políticas públicas para possibilitar o tratamento conjunto dos problemas.

O desenvolvimento não se mantém se a base de recursos naturais se deteriora; o meio ambiente não pode ser protegido se o crescimento não leva em conta as conseqüências da destruição ambiental. Esses problemas não podem ser tratados separadamente por instituições e políticas fragmentadas. Eles fazem parte de um sistema complexo de causa e efeito (CMMAD, 1988, p.41).

CLUBE DE ROMA – Limites do Crescimento (1972)¹²

No centro das discussões da reunião, em Estocolmo, estava o estudo “Limites do Crescimento” (MEADOWS et al., 1973), encomendado pelo Clube de Roma, mostrando a iminência do colapso do modelo de crescimento acelerado, conseqüência da produção industrial sobre os recursos não renováveis.

Para alcançar a estabilidade econômica e ecológica, Meadows et al. propõe o congelamento do crescimento da população global e capital industrial; mostram a realidade dos recursos limitados e rediscutem a velha tese de Malthus do perigo do crescimento desenfreado da população mundial (BRÜSEKE, 1995, p.30).

Foi neste contexto da noção da ‘crise global’ (crescimento da população, degradação ambiental e limites de produtividade) - durante os anos 60 e 70 – que houve uma contribuição para a emergência da idéia de desenvolvimento sustentável na cena política internacional.

No Brasil, no início da década de 1980, houve a formulação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente. E, mesmo com a institucionalização da questão ambiental, as ações do Estado brasileiro continuam restritas à áreas específicas e geralmente atuando para resolver problemas específicos causados justamente pela falta de políticas que regulassem o uso de recursos naturais.

¹² Título original em inglês: *The Limits to Growth*. Dennis L. Meadows 1972.

RIO 1992 (CNUMAD)

O Rio de Janeiro, em 1992, é sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Evento onde o conceito de desenvolvimento sustentável é definitivamente popularizado, servindo como base para o mais importante compromisso até então assumido entre as Nações, a Agenda 21¹³.

A noção de sustentabilidade contida no Relatório Brundtland rompe com a idéia da preservação ambiental como sinônimo de intocabilidade dos recursos naturais. Neste documento a noção de sustentabilidade é construída a partir de diferentes dimensões as quais devem ser consideradas no planejamento do desenvolvimento. Por exemplo, Sachs (2000, p.85-88) trabalha com algumas dessas dimensões – a social, a econômica, a ecológica, e territorial, a cultural e a política. Como principal objetivo da sustentabilidade social, está a construção de uma civilização onde haja equidade na distribuição da riqueza, sendo que para isso é necessário existir a igualdade no acesso aos recursos e serviços disponíveis na sociedade.

Para tanto, a alocação dos esforços deve ser em gerar dinâmicas que reduzam a exclusão social e ampliem os mecanismos para promover uma maior igualdade na sociedade. Portanto, uma melhor alocação dos recursos e a conseqüente gestão mais eficiente possibilitaria a sustentabilidade econômica, na qual a medida da eficiência econômica seria o equilíbrio macrossocial e não mais a lucratividade empresarial. Neste critério econômico para a sustentabilidade inclui-se a necessidade de equilíbrio no desenvolvimento intersetorial e capacidade de modernização dos meios de produção, pressupondo-se autonomia na geração e disseminação do conhecimento (pesquisa científica e tecnológica).

¹³ A Agenda 21 é o documento mais importante, entre vários outros e ofereceu a base para vários tipos de ação em busca de 'sustentabilidade'. Junto com o Relatório Brundtland, construiu o pensamento *mainstream* do desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade ecológica seria alcançada pela limitação no uso dos recursos não renováveis. É essencial, também, a promoção de mudanças no padrão de consumo da sociedade, não apenas a limitação desse consumo, mas a valorização dos produtos gerados em processos que contribuem para o equilíbrio ambiental¹⁴. O que implica que na escolha de sistemas de produção deve-se privilegiar os que combinam duas qualidades essenciais para a sustentabilidade – baixo consumo de energia, com menor efeito poluidor, quer seja no volume de dejetos produzidos, quer seja em termos de grau de impacto ambiental gerado. O que requer, por exemplo, ampla reorientação em termos de modelo agrícola adotado no País, numa definição clara na opção pela agricultura sustentável.

Conforme Sachs (2000, p.86), a sustentabilidade territorial seria viabilizada pelo equilíbrio entre as configurações urbanas e rurais. Sachs enfatiza a necessidade de eliminar as inclinações urbanas nas alocações do investimento público, o que é essencial na realidade brasileira, onde os desequilíbrios existentes são grandes. Por exemplo, percebe-se que as políticas públicas de habitação, saneamento, educação, saúde, transportes e comunicações, são voltadas na maioria das vezes aos centros urbanos, o que de certa forma alimenta o êxodo rural. Por outro lado, muitos filhos de agricultores familiares são expulsos do campo, ou por falta de novas áreas agricultáveis, ou por falta de emprego nos pequenos municípios, eminentemente rurais. Para superar esses desequilíbrios e corrigir as desigualdades inter-regionais seria extremamente necessário voltar as políticas públicas a essas pequenas localidades, sendo também importante envolver estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ambientalmente frágeis – conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento (SACHS, 2000, p.86).

Na sustentabilidade cultural há um desafio quanto às mudanças no interior da continuidade – o equilíbrio entre o respeito à tradição e à busca de inovações. Sachs defende a autonomia para a elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno, onde seja essencial a defesa e valorização dos processos criativos endógenos (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) (SACHS, 2000, p.85). Na busca por modelos de

¹⁴ No sentido de defender a geração e a disseminação de tecnologias limpas, além, é claro, da criação e consolidação de mecanismos administrativos de proteção ambiental.

desenvolvimento, deve-se prezar pela pluralidade de soluções e pela valorização da diversidade das culturas locais¹⁵.

Embora com limitações, na última década do século XX identifica-se indicadores de evolução na concepção sobre as dimensões da sustentabilidade apresentadas anteriormente. Interessante para esta análise, exemplifica-se a forma como é apresentada a agricultura familiar na Agenda 21, especificamente no capítulo 14, que trata do Desenvolvimento Rural, no qual defende-se a promoção de formas sustentáveis de produção agrícola, conjuntamente com medidas promotoras de inclusão social como condição para efetivar as ações de proteção ambiental. O documento é inovador ao relacionar as dimensões econômica, social e ambiental, avançando na dimensão política, ao defender que o êxito de qualquer medida dependerá da participação e da organização das populações rurais e da cooperação entre governos e setores privados (CNUMAD, 1995, p.175).

Esse documento transmite a compreensão de que a agricultura reúne funções importantes para o desenvolvimento do País, recomendando que a política agrícola considere aspectos da multifuncionalidade da agricultura familiar, que reúnem as diferentes dimensões da sustentabilidade. Logo, pode-se concluir que houve avanços no conceito de desenvolvimento, que passou daquela visão de crescimento econômico da década de 1970, não ficando apenas na intocabilidade dos recursos naturais, mas colocando importância sobre as diversas funções e papéis desempenhados pela agricultura na sociedade. A variedade de sentidos atribuídos ao conceito de multifuncionalidade leva à reflexão, de forma bastante breve, sobre a evolução das funções desempenhadas pela agricultura. É relevante, porém, assinalar que valorizar o papel desempenhado pelo setor agrícola remete-se às necessidades específicas de determinada sociedade, que mudam de forma significativa ao longo dos tempos.

¹⁵ Quanto maior a amplitude do processo de globalização e de abertura para realidades externas, mais necessária se faz valorizar as culturas locais, como forma de garantir o diferencial que irá dar competitividade nas diferentes formas de relações entre as regiões e países.

2.1.1 Multifuncionalidade e Agricultura familiar

Conforme Wanderley (2003, p.9-16), no Brasil, muitos estudos sobre agricultura familiar, inspirados nos seus clássicos, fundamentam-se em dois pressupostos complementares.

Primeiro, uma abordagem cujo foco é a própria atividade agrícola, considerando-a como um setor econômico ou uma forma de produção que se insere, ou deveria se inserir, nas regras de funcionamento do mercado, bem como se apresenta nas sociedades capitalistas modernas, mais particularmente na sociedade brasileira. Ela é entendida, por uns, como uma classe que se revela incapaz de atender às exigências do mercado e, por outros, como um setor que possui potencial, que pode ser incorporado ao mercado através de políticas adequadas. A agricultura familiar é praticamente ignorada em detrimento do modelo do grande empreendimento agropecuário, assentado sobre a grande propriedade fundiária e muitas vezes sobre um emprego em condições precárias com trabalhadores dedicando-se, na maioria das vezes, à atividades manuais. O sucesso, que é medido em toneladas de produtos, não consegue esconder a falta de compromisso desse modelo com a questão social (crescente desemprego que afeta os trabalhadores agrícolas, êxodo rural), com a questão ambiental (desgaste dos recursos naturais) e com a questão fundiária (existência de terras improdutivas nas áreas rurais brasileiras).

O segundo pressuposto origina um outro modelo explicitado no Brasil nas fases iniciais de implementação do PRONAF. Inicialmente este modelo tratava a agricultura familiar como um setor econômico (equivalência conceitual ao setor patronal). Embora o conceito de agricultor familiar adotado naquela época englobasse todos aqueles que associassem a família à propriedade, ao trabalho e à gestão direta do empreendimento, só seriam agricultores familiares dignos de receber os estímulos do programa aqueles que comprovassem sua viabilidade econômica. Quanto ao tipo de agricultor que o Programa apoiaria, este deveria atender três exigências: a) ser capaz de se inserir no mercado competitivo através do uso de tecnologias modernas (mesmo que adaptadas); b) a maior parcela da renda das famílias atendidas deveria ser proveniente da atividade produtiva

agropecuária, sob forma monetária – porque se preocupava com a capacidade de pagamento do empréstimo ¹⁶ da maioria da população de agricultores familiares; c) o agricultor deveria ser do tipo puro, ou seja, monoativo. O que significava que a pluriatividade e o autoconsumo eram considerados como uma perda de vitalidade do agricultor, sua incapacidade de reprodução e como um passo em direção ao abandono da condição de agricultor. Se fosse efetivamente adotado, este modelo de agricultura familiar excluiria do acesso ao PRONAF cerca de quatro milhões de estabelecimentos familiares¹⁷ (WANDERLEY, 2003, p.9-10).

Com o debate estabelecido da configuração de uma nova relação de forças resultante, em grande parte, da pressão social de movimentos e organizações sociais, e da contribuição de pesquisadores de várias procedências, assegurou-se a reversão do segundo modelo e da sua concepção inicialmente proposta. Através de medidas específicas e de modificações e adaptações, favoreceu-se a incorporação de uma grande quantidade de agricultores familiares, independentemente de sua viabilidade econômica imediata. O importante a salientar é que embora timidamente adotado nas políticas públicas, a partir desse momento passa a ter estímulo a inclusão de novas dimensões ao campo de compreensão da realidade da agricultura familiar no Brasil e da intervenção do Estado em seu apoio. Cita-se, entre outras, a questão ambiental, expressa no comprometimento desses agricultores em valorizar e preservar o meio ambiente; a afirmação de que eles são habitantes do meio rural – supondo-se a incorporação da problemática da construção de territórios (relações de proximidade e de integração) e de identidade referidas aos espaços rurais; a dimensão cultural – a questão dos saberes tradicionais e o estabelecimento de melhores relações entre produtores e agentes técnicos; a consideração às relações internas à coletividade familiar; e, principalmente, a valorização da lógica específica que orienta e articula o leque das atividades produtivas, bem como as estratégias familiares adotadas quanto à sua produção e reprodução (WANDERLEY, 2003, p.11-12).

Após esta reflexão introdutória, reafirma-se a visão sócio-política de que o princípio da atividade agrícola não se esgota na simples oferta de produtos ao mercado, mas que

¹⁶ Era considerado sinal de inviabilidade econômica, como se isto significasse inaptidão ao exercício da atividade agrícola.

¹⁷ Dados do Censo Agropecuário de 1985.

oferece na mesma medida outros bens à sociedade, inclusive bens considerados imateriais, o que faz da agricultura uma atividade com múltiplas funções. Agora, como esse enfoque da agricultura pode ser incorporado à pesquisa, de forma a compreender nossa realidade brasileira, e suas particularidades? Este é um objetivo específico desta pesquisa.

Conforme Wanderley (2003, p.9-16), é de extrema importância insistir em estabelecer no debate acadêmico um espaço de reflexão com as tradições teóricas amplamente citadas, que nos lembram de categorias como parentesco, memória coletiva, normas e valores, tradições, territórios, construção do patrimônio familiar, capital social, entre outras. E, independente de referir-se a um campesinato ou à agricultura familiar, a percepção que se observa é a presença de elementos de continuidade, capacidade de adaptação e de resposta dos agricultores às transformações e demandas da sociedade moderna.

Nesta breve reflexão, mais do que focalizar a atividade agrícola, entendida como pura e simplesmente um setor econômico, o que se privilegia é a própria família de agricultores, em suas complexas relações com a natureza e a sociedade que moldam as formas particulares de produção e reprodução social, apreendendo-se da riqueza explicativa do conceito de multifuncionalidade da agricultura e, numa perspectiva interdisciplinar, busca-se verificar como tal noção contribui para a compreensão de processos sociais, culturais e econômicos que ocorrem no meio rural brasileiro¹⁸(CARNEIRO e MALUF, 2003, p.17).

Através de estudo de caso, pôde-se chegar a algumas análises, as quais se cruzam com aquelas que refletem os interesses acadêmicos de pesquisadores¹⁹ no aprofundamento de questões que abrangem os aspectos envolvidos na promoção da agricultura multifuncional de base familiar.

¹⁸ Sobretudo na região de abrangência do estudo de caso apresentado nesta pesquisa.

¹⁹ Pesquisas realizadas no âmbito do projeto Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras (CARNEIRO e MALUF, 2003, p.17).

Conforme Carneiro e Maluf (2003, p.19), a abordagem da multifuncionalidade da agricultura valoriza as peculiaridades do agrícola e do rural e suas contribuições que não apenas a produção de bens privados. A noção de multifuncionalidade amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas, se tornando responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solo, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos²⁰.

Para tanto, privilegia-se quatro funções associadas ao exercício da atividade agrícola: a reprodução social das famílias de agricultores familiares; promoção da segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade; a manutenção do tecido social e cultural, bem como a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, numa concepção de que a multifuncionalidade da agricultura ajuda a emergir a consciência sobre a ampla e diversificada contribuição dos agricultores para o dinamismo da sociedade (inspirado em WANDERLEY, 2003, p.14).

Rompendo com o enfoque setorial e levando em conta a heterogeneidade estrutural da agricultura familiar, propõe-se uma abordagem que integre a agricultura a outras organizações econômicas na análise do desenvolvimento local. Uma articulação territorial das atividades econômicas que possibilite ampliar o foco de análise de duas maneiras: incorporando certos tipos de atividades agrícola considerados “não profissionais” (e, portanto, deixados fora das análises clássicas) e tornando endógenas à análise econômica certos fenômenos que são classicamente considerados como pertencentes ao meio sociocultural mas “que tendo uma função econômica podem se inscrever em diferentes domínios da vida (profissional, social, doméstico, ...)” (Laurent, 2000 Apud Carneiro e Maluf, 2003, p.19)

²⁰ Noções como a de multifuncionalidade da agricultura são passíveis de diversas acepções por terem surgido como um objetivo de política pública. Logo, conforme Carneiro e Maluf (2003, p.18-19), cabe fazer-se duas ressalvas aos termos utilizados na denominação de “multifuncionalidade da agricultura”:

Primeiro, a decorrente do viés funcionalista da idéia de “múltiplas funções”, viés em parte explicado pela intenção inicial de se obter o reconhecimento social da concessão de uma retribuição monetária para as contribuições (“funções”) não exclusivamente produtivas da agricultura. A literatura é antiga, vasta e plena de controvérsias a respeito das funções a serem preenchidas pela agricultura. Entretanto, o enfoque nas funções da agricultura não é novo, o que muda são as funções valorizadas nos diferentes contextos sócio-históricos.

A segunda dificuldade na utilização dos termos na composição da noção, deve-se ao uso do vocábulo agricultura, cujo significado é ampliado até o ponto de englobar um conjunto diverso de elementos econômicos, sociais, culturais e ambientais presentes no mundo rural. Valendo dizer, que o recurso à noção de multifuncionalidade “da agricultura” mantém a controvérsia em torno da definição de “rural”, seja porque este último comporta o não-agrícola, seja porque aquela noção tende a atribuir um peso excessivo à dimensão agrícola (e econômica) da reprodução das famílias rurais e do território onde elas se localizam.

Do ponto de vista das Ciências Sociais, observa-se aí um outro viés, o economicista, que apresenta o risco de reduzir a lógica e o significado das atividades e relações sociais que se realizam no âmbito de diferentes esferas sociais (como a de parentesco, por exemplo) à lógica do econômico, o que, conforme Carneiro e Maluf (2003, p.20), limita o potencial metodológico da noção de multifuncionalidade, com a própria idéia de “reprodução familiar”, nesse caso, ficando dominada pelo seu componente econômico.

Nota-se, portanto, que a elaboração da noção de multifuncionalidade da agricultura recolhe contribuições de distintas origens e preocupações, com aportes oriundos de abordagens que procuram responder a questões que vão desde a natureza do processo produtivo agrícola e seus impactos socioambientais até à dinâmica de reprodução das famílias e de ocupação do espaço social agrário. O que em termos conceituais decorre do desafio da noção em pauta unificar, interdisciplinarmente, elementos de modo a oferecer uma outra compreensão da inserção da agricultura em relação ao mundo rural e às famílias de agricultores que o compõem, numa síntese (compreensão) em substituição (ou alternativa de reprodução social adotada em resposta) ao paradigma que esteve na base da “modernização da agricultura”.

Enfim, a noção de multifuncionalidade nos favorece a passagem do agrícola para o familiar e o rural, olhados desde a ótica territorializada²¹. Passagem que, contudo, não se faz sem ambigüidades. Conforme Carneiro e Maluf (2003, p.20), uma ambigüidade parece inevitável na utilização do termo: um enfoque que recusa a abordagem setorial da agricultura e que não fala em multifuncionalidade “do território” ou da “área rural”, ao invés de centrar o foco na agricultura, já que pretende chamar a atenção para as atividades não agrícolas associadas, ou não, à agricultura propriamente dita. Em algumas regiões brasileiras, inclusive, no estudo de caso a ser apresentado neste estudo, pode haver situações “conflituosas” entre certos tipos de agricultura e atividades como a preservação ambiental e da paisagem e o turismo rural. Agora, sendo a agricultura uma das possíveis atividades exercidas pelas famílias rurais e o foco da análise a família, a princípio, não há razão para continuar a referir-

²¹ Construção de territórios (relações de proximidade e de integração).

se à multifuncionalidade da agricultura, exceto para legitimar a transferência de recursos antes destinados à atividade agrícola para outras finalidades que não a agrícola.

A noção de multifuncionalidade aqui tomada se identifica com o que Carneiro e Maluf (2003, p.21) chamam de um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, permitindo analisar a interação entre famílias e territórios na dinâmica da reprodução social, o que importa em analisar os modos de vida das famílias rurais na sua integridade e não apenas seus componentes econômicos, incorporando, ainda, à análise, a provisão de bens públicos por parte destes agricultores relacionados com o meio ambiente, com a segurança alimentar e com o patrimônio cultural. A multifuncionalidade engloba a geração de bens públicos²².

Carneiro (2005, p.13), apresenta e reforça a percepção da agricultura que aciona o debate da multifuncionalidade da agricultura, considerando na “ruralidade contemporânea” a agricultura como apenas uma das opções do meio rural e questionando-se, nesse contexto, da combinação da atividade agrícola com outras atividades, sobre os significados da agricultura para as famílias e para a sociedade, que possam justificar a manutenção de uma atividade tida, muitas vezes, como não eficaz em termos econômicos. Rompe com a abordagem setorial clássica que privilegia centralmente a lógica econômica, considerando a totalidade da vida social das famílias rurais num olhar que torna visível a contribuição não diretamente produtiva de agricultores, independente de seu estatuto como produtor. O que justifica a remuneração, sob diversas formas, dos serviços prestados à sociedade, mas consumidos como se fosse um bem “natural”. A abordagem da multifuncionalidade incorporando a noção de pluriatividade ao considerar que as múltiplas funções da agricultura para a sociedade podem se traduzir em atividades exercidas por diferentes membros das famílias de agricultores que não estão diretamente associadas à produção de alimentos para o mercado, o que aproxima do argumento de Schneider quando afirma que

²² Nestes termos, a noção de multifuncionalidade permite analisar processos sociais agrários e enxergar dinâmicas e fatos sociais obscurecidos pela visão que privilegia os processos econômicos, embora reconheçamos que, no Brasil, tal promoção da multifuncionalidade tenha de ser combinada com o estímulo à produção de alimentos.

a pluriatividade manifesta-se naquelas situações em que a integração da agricultura familiar aos mercados alcança um novo estágio ou se dá por uma via distinta que é do mercado de trabalho. Este processo pode ocorrer tanto naquelas situações em que os agricultores já estiverem inseridos em mercados de produtos, bens e serviços ou em outras onde a integração produtiva é muito incipiente e a venda da força de trabalho passa a ser a principal mercadoria de troca dos agricultores com o mercado. Isto significa, primeiro, que este processo promove e aprofunda a inserção do agricultor familiar aos circuitos mercantis e, segundo, que esta inserção ocorre segundo as características previamente existentes nos territórios, podendo se dar concomitantemente em mercados de produtos (na situações que vigora o sistema de integração agroindustrial, por exemplo) e de trabalho ou apenas através da venda da força de trabalho (SCHNEIDER, 2005, p.4)

Semelhantemente, as atividades reconhecidas pela abordagem da multifuncionalidade se constituem em formas de “trabalho” para a sociedade e como tal devem ser remuneradas. A diferença, conforme Carneiro (2005, p.14), estaria no fato de que a apropriação do serviço prestado seria pública (de âmbito local, nacional ou mesmo mundial) e a relação de trabalho não passaria pelo mercado, mas por um contrato com o Estado.

Em um país, como o Brasil, onde é grande o número de residentes no meio rural que, por diversos motivos, não tem condições de desenvolver uma agricultura comercialmente competitiva, nem de viver somente da atividade agrícola, a noção de multifuncionalidade permite reconhecer, estimular e valorizar formas de inserção social da referida população, resgatando-lhe também um sentido de cidadania²³ (CARNEIRO, 2005, p.14).

Conforme citado anteriormente e não desconsiderando a função produtiva, o estudo está voltado, neste item, para os aspectos relacionados ao fazer agrícola, sem considerar na sua plenitude o que se poderia denominar de “multifuncionalidade do território ou dos espaços rurais”. Logo, baseado nas considerações de Carneiro e Maluf (2003) e dentro das possibilidades permitidas pelas informações levantadas, quatro dimensões abrangerão o enfoque da multifuncionalidade da agricultura – a dinâmica de reprodução das famílias rurais e comunidades; características técnico-produtivas e a sustentabilidade da atividade desenvolvida; questões de identidade, integração social e legitimidade relativas às famílias rurais e relações com o território e com a natureza.

²³ Conforme lembra Carneiro (2005, p.14), a primeira referência ao termo multifuncionalidade da agricultura e do território ocorreu durante a ECO-92, no Rio de Janeiro, revelando a preocupação com um rural que não é exclusivamente agrícola e com os significados não exclusivamente produtivos da prática agrícola.

2.1.2 Uma tentativa de definição: o conceito de região

O território está sujeito ao aparato político e jurídico, em que estão estabelecidas relações de domínio distintas. Como é sabido, a divisão política e administrativa do Estado brasileiro está organizada nos níveis de legitimação da esfera pública – federal, estadual e municipal, níveis que impõem-se como o primeiro recorte territorial²⁴. Entretanto, o conceito de território superpõe-se a essa divisão, o que implica a necessidade de se conceber formas não convencionais de planejamento e gestão de programas e projetos.

Conforme Verde (2004, p.16), o território como unidade de planejamento e gestão é um conceito novo. Novo não no seu recorte espacial – as regiões são, até hoje, o emprego concreto dessa concepção –, mas sim na sua proposição de considerar a singularidade cultural de determinado lugar.

Na OCDE ... a idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2000 apud VERDE, 2004, p.16).

O território, seja ele qual for, é entendido como espaço em que as relações sociais são conferidas historicamente. Os elementos presentes na discussão do território possibilitam avançar teórica e metodologicamente na compreensão do regional inserido numa economia globalizada.

²⁴ Passando por cima das etnias, como é o caso das nações indígenas (VERDE, 2004, p.17).

Região não é uma entidade física, mas uma construção social (PAIVA, 2005). Uma região é o resultado de um processo de regionalização. E este processo, assim como seus resultados, é função dos objetivos daqueles que o põem em curso.

Assim, um mesmo território pode e deve ser objeto das mais distintas regionalizações. Se o que se busca é definir e diferenciar os potenciais de produção agropecuária de um determinado território, o tipo e a qualidade do solo, o clima (inclusive o padrão pluviométrico), a disponibilidade de recursos hídricos, e a estrutura fundiária, parecem ser os critérios fundamentais (ainda que não exclusivos) de um processo de regionalização. Diferentemente, se o que buscamos é identificar e diferenciar padrões de desenvolvimento regional, o critério fundamental de regionalização deve ser o desempenho sócio-econômico de longo prazo, balizado pelos determinantes (cuja identificação, pressupõe uma pesquisa específica) deste mesmo desempenho (PAIVA, 2005, p.1).

Como uma região de planejamento para o desenvolvimento endógeno é uma região que apresenta elementos de homogeneidade (basicamente em sua estrutura rural) e de diversidade (representada por pólos urbanos que, por definição, se diferenciam de seu entorno rural ou suburbano), conforme Paiva (2006d), tal região deve apresentar:

1) uma produção básica homogênea²⁵, assentada em estruturas de propriedade e padrões tecnológicos capazes de garantir um mínimo de solidariedade de projeto por parte dos produtores²⁶; 2) pólo(s) urbano(s) responsáveis pela prestação de serviços e agregação de valor à produção básica; e 3) instituições capazes de explicitar e transformar em um programa consciente de desenvolvimento a comum-idade de interesses dos diversos agentes-elos das cadeias produtivas.

²⁵ Esta produção básica será usualmente, mas não necessariamente, agropecuária. Na verdade, quanto menos desenvolvida for a região, maior a probabilidade de que sua produção de exportação seja agropecuária (NORTH, 1977, p.333-343 apud PAIVA, 2006d).

Conforme Paiva (2006d), ainda por “homogeneidade da produção básica” queremos dizer tão somente que cada um dos bens básicos de maior expressão econômica (seja no plano da ocupação da mão-de-obra, seja no plano da agregação de valor) devem ser produzidos, senão em toda a região, na maior parte da mesma. Logo, a homogeneidade da produção básica de uma região não implica nem em monocultura ou monoespecialização, nem mesmo em supressão de toda e qualquer heterogeneidade interna à região.

²⁶ Como entende-se que o planejamento do desenvolvimento de um determinado território deve se pautar na mobilização de agentes com interesses comuns e a regionalização adequada a este “planejamento participativo” é a que resgata esta comum unidade de interesses, então a regionalização adequada a este padrão de planejamento é a que resgata homogeneidades produtivas. É a que resgata homogeneidades produtivas que articulam um grande número de agentes do território em consideração; homogeneidades que só se dizem presentes na produção de bens básicos no sentido de North, vale dizer, de bens que se destinam ao consumo de agentes residentes em outros territórios.

2.1.2.1 Região – na perspectiva de uma regionalização – os COREDES

Os COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento, criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são instâncias de planejamento regional que têm por objetivo discutir alternativas para o desenvolvimento das regiões do Estado. A divisão regional, inicialmente composta por 21 regiões, foi alterada em 1998 com a criação do 22º COREDE – Metropolitano Delta do Jacuí e, em 2003, com a criação dos COREDEs Alto da Serra do Botucará e Jacuí Centro. Em 2006 foram criadas outras duas regiões: Campos de Cima da Serra e Rio da Várzea²⁷.

Embora se reconheça que a regionalização representada pelos COREDES tenha que ser um dos pontos de partida de qualquer regionalização para o planejamento do desenvolvimento territorial no Rio Grande do Sul²⁸, especificamente, o que deve ser defendido é um planejamento estabelecido a partir de perspectivas que considerem o debate científico.

De um lado, o aporte do conhecimento científico para a construção de regionalizações que auxiliem na compreensão e, posteriormente, no direcionamento das ações para o desenvolvimento; e, de outro, a participação da população na construção das reivindicações. A questão central é a mediação entre estas duas perspectivas – técnico-científica e reivindicatório-participativa (PAIVA, 2006b).

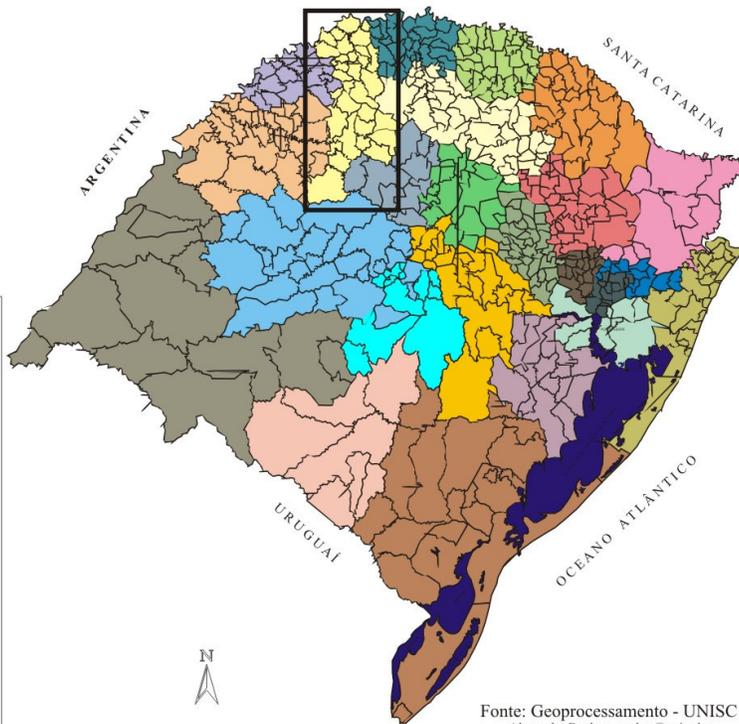
Considerando a divisão do Rio Grande do Sul em 24 COREDES (ver figura 1), as análises apresentadas no capítulo 4 basearam-se na localidade de Crissiumal, pertencente ao COREDE Noroeste Colonial.

²⁷ ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2007, <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=467>

²⁸ Em primeiro lugar porque, por mais questionáveis que tenham sido as determinações que levaram à criação das Associações Municipais nas quais foram embasados os COREDES, estas determinações comportam materialidade e enraizamento social, devendo ser incorporadas entre os determinantes da regionalização. Em segundo lugar, porque os COREDES já contam com uma história e toda a história tem efetividade, tem efeitos reais que não podem ser ignorados sem impor prejuízos ao processo de desenvolvimento sócio-econômico (PAIVA, 2006c).

Figura 1

**Rio Grande do Sul
Conselhos Regionais
de Desenvolvimento – COREDES**



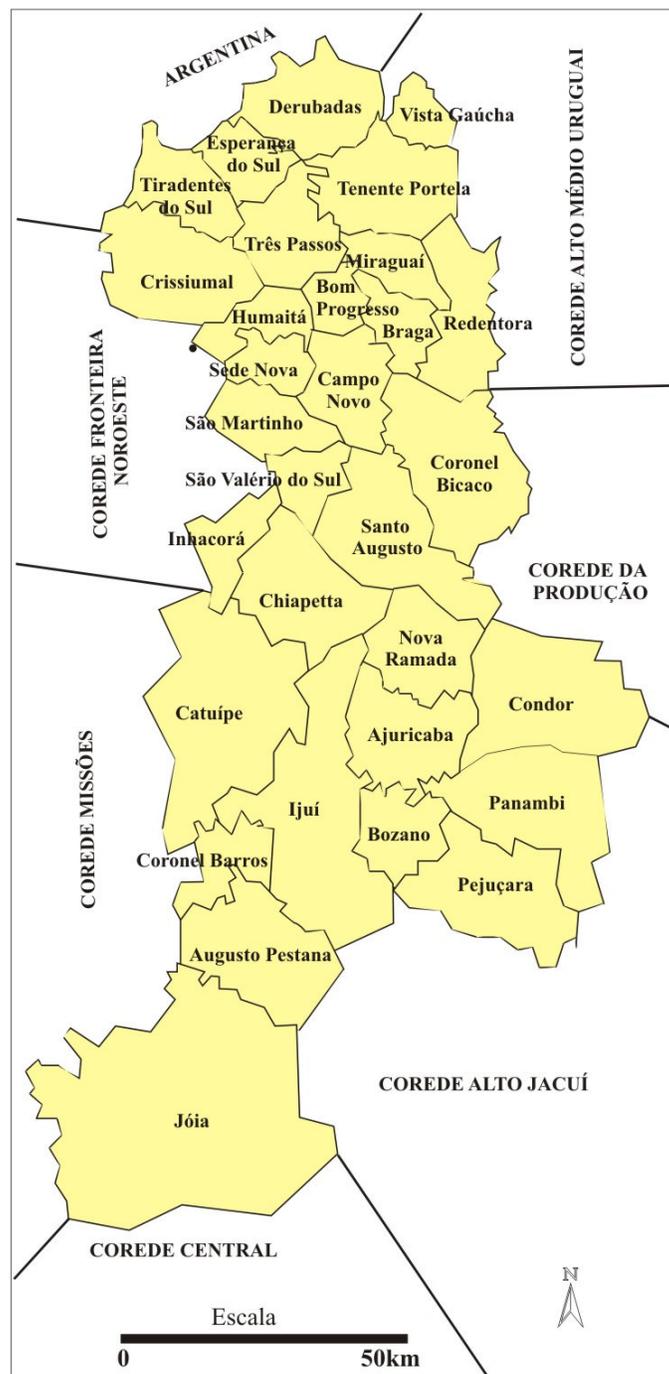
Fonte: Geoprocessamento - UNISC
Alexandre Rauber - rauber@unisc.br

3 COREDE NOROESTE COLONIAL: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO

A região do COREDE Noroeste Colonial (ver figura 2) é formada por 32 municípios, onde predomina a população rural e conseqüentemente a atividade agropecuária.

Municípios pertencentes ao COREDE Noroeste Colonial: Ajuricaba, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Bom Progresso, Bozano, Braga, Campo Novo, Catuipe, Chiapeta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Ijuí, Inhacorá, Jóia, Miraguaí, Nova Ramada, Panambi, Pejuicara, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha.

Figura 2

COREDE Noroeste Colonial

Fonte: Geoprocessamento - UNISC
Alexandre Rauber - rauber@unisc.br

Para definir região na abordagem aqui desenvolvida, inspirado em PAIVA (2006d), considera-se fundamental a disposição dos agentes internos²⁹ em conversar, dialogar e que se sintam identificados com aquilo em que estão dispostos a “fazer” por sua iniciativa própria. Numa cadeia de interesses e identidades – origens de colonização, características de suas propriedades, uma certa ideologia, onde o conjunto da sociedade seja representada identitariamente, com uma certa solidariedade, constituindo estruturas dialogantes.

A tradição e a história têm permitido construir culturas que incorporam cosmovisões particulares, linguagens, formas de relação, valores estruturados em torno de uma moral, princípios étnicos, sentido de participação e identidade. A visão territorial propõe revalorizar esses elementos, dando-lhes espaço adequado e incorporando-os às políticas de desenvolvimento, fortalecendo, protegendo e preservando as culturas rurais.

Identificar o “potencial” de uma região é identificar aqueles setores que, uma vez mobilizados/fomentados, geram o maior benefício por unidade de custo. Isso significa dizer, em primeiro lugar, que o “potencial de uma região” deve ser pensado como a capacidade da mesma em dar início e sustentação a processos de autonomia material e bem-estar crescentes dos agentes produtivos locais e de seus dependentes com base na mobilização do maior volume possível de recursos produtivos disponíveis internamente.

3.1 Técnicas de análise regional – um exercício teórico-prático

Com a finalidade de contribuir para a sustentabilidade e argumentação da análise aqui desenvolvida, utilizando-se da tese de que o principal indicador das potencialidades de desenvolvimento endógeno de uma região é o que existe efetivamente na região, apresenta-se um exercício teórico-prático. Nesse exercício, considera-se a medida de especialização como possibilidade de avaliação de potenciais endógenos para o desenvolvimento regional. Exercício que reforça, também, a idéia da necessária interdisciplinaridade de abordagem e na

²⁹ Coletivo organizado - produtor familiar, lideranças locais, atores sociais públicos e privados, representantes do Estado, comércio, indústria, serviços,

análise das questões relativas à estratégia de reprodução social aqui verificada, a qual contribui para o desenvolvimento regional.

Para o conhecimento dos padrões regionais do crescimento, utiliza-se, com certa frequência, um conjunto de medidas de localização e especialização como métodos de análise regional, dentre as quais a mais difundida das medidas de especialização regional na literatura econômica é o Quociente Locacional, ou QL³⁰, a seguir apresentado³¹.

O quociente locacional compara a participação percentual de uma região em um setor particular com a participação percentual da mesma região no total do emprego da economia nacional. Se o valor do QL for maior do que 1, isto significa que a região é relativamente mais importante, no contexto nacional, em termos do setor, do que em termos gerais de todos os setores. Revela os setores de uma região que apresentam maiores possibilidades para atividades de exportação – um QL maior do que 1 poderia indicar que a atividade na região é básica, ou seja, voltada para a exportação e um QL inferior a 1 representaria uma atividade não básica, voltada para o mercado da própria região (HADDAD, 1989, p.232).

O quociente de localização é a mais importante dentre as diversas medidas de especialização regional desenvolvida pela Teoria Econômica. Informa não apenas se o objeto de mensuração é ou não especializado e o grau de especialização, mas ajuda a verificar onde não há especialização. Pois, conforme Paiva (2006a, p.7), se há especialização(ões), se uma percentagem maior (vis-à-vis uma certa norma, um certo padrão médio) de tempo, trabalho e energia de um determinado agente é alocado numa determinada atividade, então uma percentagem menor (vis-à-vis a mesma norma, o mesmo padrão médio) deste trabalho e desta energia será alocado nas atividades alternativas.

O Quociente Locacional busca expressar a importância comparativa de um segmento produtivo para uma região vis-à-vis a macro-região na qual aquela está inserida. Mais especificamente, ele busca traduzir “quantas vezes mais” (ou menos)

³⁰ Evidentemente, que a utilização de outras técnicas analíticas aumenta a capacidade do pesquisador em compreender os problemas que esteja investigando (HADDAD, 1989, p.225).

³¹ Conforme e Paiva (2004) e Riedl e Maia (2007, p.27-48).

uma região se dedica a uma determinada atividade vis-à-vis o conjunto das regiões que perfazem a macro-região de referência. Usualmente (mas não obrigatoriamente!) utiliza-se a participação percentual do emprego num determinado setor como medida de importância ou dedicação a uma certa atividade. (PAIVA, 2006a, p.7).

O QL fica definido da seguinte forma:

E_{ij} = emprego setor i na região j;

E_{Tj} = emprego total (em todos os setores considerados) na região j;

E_{iT} = emprego do setor i em todas as regiões;

E_{TT} = emprego total em todas as regiões;

então:

$$QL = (E_{ij}/E_{Tj}) / (E_{iT}/E_{TT}) = (E_{ij}/E_{iT}) / (E_{Tj}/E_{TT})$$

Após a análise dos dados relativos ao COREDE Noroeste Colonial e utilizando-se de algumas técnicas analíticas, baseado em PAIVA (2004, p.28), identificou-se o peso relativo de cada macrossetor produtivo, comprovando assim que a atividade agropecuária caracteriza a região como predominantemente rural³², onde mais de 30% do Valor Adicionado Bruto – VAB é gerado na agropecuária, conforme verificado nas tabelas 3 e 4. Na tabela 4, podemos verificar a composição do VAB dos municípios e a proporção da população rural, o que nos possibilita inferir sobre a ruralidade dos municípios da região, cuja economia e crescimento pode se basear na produção e na exportação de produtos primários básicos³³ e, como veremos na análise dos indicadores, o produto de exportação não se limita a apenas um único produto ou item de produção. A agropecuária é a principal fonte de integração da comunidade com o exterior. Como a demanda dos produtos agrícolas não tem que ser exclusivamente interna, isso possibilita a garantia de mercados externos de livre demanda, que são, usualmente, sua fonte de demanda autônoma necessária ao desenvolvimento de sua divisão regional mercantil.

³² Professor José Eli da Veiga em seu site <www.econ.fea.usp.br/zeeli/> apud PAIVA (2004, p.28).

³³ No sentido de NORTH (1977, p.333-segs.). Aqueles que exportam e por sua vez geram renda que por sua vez gera economias no entorno, mobilizando outros setores – mobilizados internamente, não esperando a ajuda do Estado.

Tabela 3 - Indicadores de macroespecialização dos COREDES e do Rio Grande do Sul nas Produções Agropecuária, Industrial e de Serviços – 2004

COREDES	ESTRUTURA DO VAB (%)			POPULAÇÃO	
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Nº	Part. (%)
Alto da Serra do Botucaraí	45,97	12,54	41,49	104.709	0,98
Alto Jacuí	34,60	21,41	43,99	163.346	1,52
Campanha	31,63	28,55	39,82	221.905	2,07
Central	29,83	18,23	51,95	521.695	4,86
Centro-Sul	29,66	36,90	33,43	249.016	2,32
Fronteira Noroeste	24,82	42,53	32,65	209.999	1,96
Fronteira Oeste	40,15	20,51	39,34	576.907	5,38
Hortênsias - Campos de Cima da Serra	23,04	31,31	45,65	204.483	1,91
Jacuí-Centro	41,08	18,07	40,85	150.822	1,41
Litoral	19,55	18,45	62,00	274.253	2,56
Médio Alto Uruguai	52,49	10,84	36,67	176.378	1,64
Metropolitano Delta do Jacuí	1,34	47,07	51,59	2.453.174	22,87
Missões	36,07	21,02	42,91	259.584	2,42
Nordeste	47,00	19,89	33,11	132.992	1,24
Noroeste Colonial	34,11	23,20	42,69	306.086	2,85
Norte	28,61	36,82	34,57	220.764	2,06
Paranhana-Encosta da Serra	6,09	56,92	36,99	204.538	1,91
Produção	27,02	31,30	41,68	443.433	4,13
Serra	14,11	55,81	30,07	809.368	7,55
Sul	19,02	39,01	41,97	863.911	8,05
Vale do Caí	19,31	49,78	30,91	163.445	1,52
Vale do Rio dos Sinos	0,45	60,02	39,53	1.284.525	11,98
Vale do Rio Pardo	22,73	46,55	30,72	411.225	3,83
Vale do Taquari	23,57	47,06	29,37	319.505	2,98
Rio Grande do Sul	16,34	42,66	41,00	10.726.063	100,00

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social, 2004.

IBGE/Coordenação de Contas Nacionais, 2004.

Nota: Estrutura do Valor Adicionado Bruto: Agropecuária; Indústria; Serviços.

Tabela 4 - Indicadores de população e Macrossetores produtivos do COREDE Noroeste Colonial - 2000

Municípios	População Urbana (nº habitantes)	População Rural (nº habitantes)	Pop rural/Pop Total (%)	VAB Agrop./ VAB Total Dados do Municipal (%) (1)	VAB Ind./VAB Total - Dados do Municipal (%) (2)	VAB Serv./VAB Total - Dados do Municipal (%) (3)	PIB Per Capita (R\$) (4)	Rendimento Domiciliar Anual per capita (R\$) (5)	Rend.Domiciliar Anual per capita / PIB per Capita (R\$)
Ajuricaba	3 759	3 950	51,24	54,83	4,16	41,01	6 943,83	2 826,18	40,70
Augusto Pestana	3 328	4 845	59,28	53,38	8,77	37,85	6 833,35	2 802,79	41,02
Barra do Guarita	1 106	1 881	62,97	38,07	4,06	57,87	5 197,52	1 784,56	34,33
Bom Progresso	1 011	1 820	64,29	50,72	2,23	47,05	6 202,76	1 767,34	28,49
Bozano	393	1 952	83,24	71,79	1,58	26,63	8 540,30	1 423,61	16,67
Braga	2 340	1 858	44,26	48,96	3,08	47,96	4 521,20	1 504,10	33,27
Campo Novo	4 617	2 104	31,30	41,01	14,57	44,42	6 399,35	2 044,72	31,95
Catuípe	6 180	4 018	39,40	54,54	5,96	39,49	6 626,30	2 924,27	44,13
Chiapeta	2 546	1 935	43,18	64,97	3,12	31,91	8 728,41	2 078,56	23,81
Condor	3 420	3 071	47,31	50,95	13,63	35,43	11 772,92	2 848,41	24,19
Coronel Barros	855	1 599	65,16	61,27	4,96	33,77	7 801,96	2 656,20	34,05
Coronel Bicaco	4 283	4 152	49,22	51,33	3,47	45,20	6 439,00	2 366,85	36,76
Crissiumal	6 124	9 056	59,66	48,38	13,11	38,51	6 099,60	2 169,55	35,57
Derrubadas	786	2 929	78,84	67,93	2,87	29,19	6 511,17	2 217,34	34,05
Esperança do Sul	423	3 332	88,74	62,43	2,45	35,11	5 420,77	1 294,55	23,88
Humaitá	2 666	2 562	49,01	56,70	9,74	33,56	8 011,86	2 660,30	33,20
Ijuí	67 397	11 064	14,10	11,22	20,47	68,31	7 596,47	3 923,79	51,65
Inhacorá	1 277	1 101	46,30	52,81	2,83	44,37	6 351,98	2 006,00	31,58
Jóia	1 975	6 309	76,16	63,73	3,85	32,43	11 001,57	2 158,78	19,62
Miraguaí	1 786	3 248	64,52	42,75	3,81	53,43	3 527,21	1 598,63	45,32
Nova Ramada	0	2 723	100,00	69,84	1,84	28,32	8 647,81	2 530,61	29,26
Panambi	28 291	4 319	13,24	14,63	40,74	44,62	10 252,13	3 764,80	36,72
Pejuçara	2 668	1 521	36,31	61,44	3,22	35,34	11 846,74	3 379,64	28,53
Redentora	2 762	6 084	68,78	47,93	2,99	49,08	4 141,87	1 128,92	27,26
Santo Augusto	11 044	3 382	23,44	39,12	8,39	52,49	7 537,78	2 592,41	34,39
São Martinho	3 010	3 311	52,38	50,47	7,69	41,84	6 112,32	3 026,93	49,52
São Valério do	461	2 164	82,44	59,17	1,80	39,03	5 006,86	1 519,52	30,35
Sede Nova	1 440	1 768	55,11	61,13	2,38	36,49	6 896,20	2 187,94	31,73
Tenente Portela	8 520	5 823	40,60	36,72	8,41	54,87	4 431,15	2 153,46	48,60
Tiradentes do Sul	1 521	5 976	79,71	51,71	3,25	45,04	4 273,31	1 765,56	41,32
Três Passos	18 144	6 512	26,41	14,56	49,91	35,53	10 398,93	3 160,04	30,39
Vista Gaúcha	520	2 205	80,92	69,84	3,10	27,05	8 750,83	2 351,91	26,88
COREDE	194 653	118 574	37,86	33,50	19,19	47,31	7 606,96	2 907,88	38,23

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000; Diretoria de Contas Nacionais.

Nota: VAB - Valor Adicionado Bruto; (1) Valor Adicionado Bruto da Agropecuária; (2) Valor Adicionado Bruto da Indústria; (3) Valor Adicionado Bruto de Serviços; (4) Produto Interno Bruto; (5) Exclusivo o rendimento das pessoas cuja condição no domicílio era: pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a) doméstico(a).

No COREDE Noroeste Colonial, observa-se que a presença da agricultura pôde se dar de formas sutis e disfarçadas, estabelecendo “novas” formas de produção e de relações num processo que agrega a realização de várias atividades, entre atividades urbanas e rurais. A percepção de adaptabilidade dos trabalhadores – rurais e urbanos – e da sua possibilidade de se adequar (e de se reproduzir) à lógica do capital, se dá sob o desempenho de atividades agrícolas e não agrícolas (SCHNEIDER, 2005). Conseqüentemente, propõe-se que a priorização da agricultura signifique que as atividades rurais sejam as fontes internas do desenvolvimento urbano, alavancando-o³⁴ (PAIVA, 2004). É prudente assinalar que, conforme apontado por Paiva (2004, p.29),

³⁴ Nesta análise, o objetivo é considerar a importância das atividades rurais como fontes internas do desenvolvimento urbano, num primeiro momento no processo de desenvolvimento.

reconhecer esse fato não implica qualquer apologia da “opção agrícola” ou crítica à opção pela diversificação e pela modernização produtiva (leia-se industrialização e modernização dos serviços). Dado que o que se propõe é a superação do raciocínio não dialético que toma a priorização da agricultura como sinônimo de secundarização das atividades urbanas. Pelo contrário, busca-se identificar as fontes internas do desenvolvimento urbano (que, nos municípios e nas regiões rurais, se encontra justamente na agropecuária), com vistas a alavancá-lo e, ao fim e ao cabo, deprimir a participação da agropecuária no VAB e na população ocupada³⁵.

Ainda, conforme PAIVA (2004, p.29),

em Regiões onde mais de 30% do VAB é gerado na agropecuária (o que, dados os padrões de produtividade e ocupação que caracterizam campo e cidade, se traduz, usualmente, em uma participação da população ocupada (PO) rural na PO total igual ou superior a um terço) são comunidades/municípios/regiões tipicamente rurais (PAIVA, 2004, p.29).

De fato, os territórios inseridos no Noroeste Colonial dependem da agropecuária, particularmente, por ela ser a principal fonte de integração da comunidade com o exterior (e/ou outras comunidades). E isso em função mesmo de um dos maiores limitadores da acumulação especificamente rural: malgrado exceções, a agropecuária caracteriza-se por produzir commodities negociadas em mercados quase perfeitos de âmbito transregional (inúmeras vezes, de âmbito internacional) (PAIVA, 2004).

A conseqüência às especializações em atividades agropecuárias é que, dos 32 municípios do COREDE, em 26 a participação do VAB na indústria não chega a 10%, hipoteticamente, justifica o argumento de que especializações geram desespecializações.

³⁵ Como alerta Watkins (1977), “(...) há o sério perigo de que a economia caia na ‘armadilha do produto primário’. O crescimento sustentado exige a capacidade de desviar a atenção para novos mercados internos e externos” (WATKINS, 1977, p. 269). Porém, a partir desse ponto de vista, a chave para essa diversificação encontra-se no controle interno do excedente gerado pela produção e pela exportação de produtos primários. Generalizando a tese de João Manuel (Mello, 1982) apud Paiva (2004, p.29) sobre a industrialização de São Paulo, diríamos que a exportação de produtos agropecuários para o resto do País e/ou do mundo, desde que articulada e planejada por agentes internos, é a base necessária de industrialização endógena de regiões americanas inseridas, na ordem mercantil, na condição de “fronteira agrícola”.

Na apropriação e geração de renda, como pode ser visto na tabela 4, a relação Rendimento Domiciliar Anual per capita/PIB per Capita (RD/PIB) varia entre um máximo de 51,56% (Ijuí) e um mínimo de 16,67% (Bozano, município de emancipação datada de 16 de abril de 1996 – Lei nº. 10741, originário de Ijuí). Esse indicador apresenta um desvio padrão relativo de 8,41% e uma medida de variação relativa de 24,91% considerada de média dispersão³⁶. Esta variabilidade média “em torno da média” revela seu significado ao tomar-se os municípios como referência, o que por sua vez revela que a região apresenta uma proporção média de desigualdades regionais, homogêneo se comparado com outras instâncias no Estado. Para se ter a dimensão da variabilidade desse indicador, exemplifica-se com dois casos extremos, em termos de Rio Grande do Sul, da relação Rendimento Domiciliar Anual per capita/PIB per Capita, cujos valores relativos extremos são de 95,94% para Santa Maria e de para 2,60% para Triunfo, valores que nos revelam as desigualdades regionais no que diz respeito à geração e à apropriação de rendimentos. Desigualdades que podem ser explicadas pelo grau de controle dos agentes residentes sobre o excedente operacional gerado na região e sobre a carga tributária sobre as atividades realizadas internamente³⁷.

A relação Rendimento Domiciliar Anual Per Capita/PIB Per Capita está mais para um indicador de potencialidades do que de “negatividade”, uma vez que uma elevada apropriação regional de excedente pode ser mobilizada para a reconversão produtiva da região. Por outro lado, uma relação muito baixa, como a que ocorre em municípios como Triunfo, revela a existência de um “vazio” entre produção e apropriação que deve ser objeto de políticas públicas voltadas à “endogeneização” do controle do excedente econômico gerado na região (inspirado em PAIVA, 2004, p. 35-36).

Especificamente no caso do COREDE Noroeste Colonial, conforme a análise aqui apresentada, identifica-se, em termos relativos, propensão à geração e apropriação de rendimentos internamente, haja visto que a variabilidade na relação RD/PIB entre os

³⁶ Média dispersão se forem consideradas as desigualdades regionais existentes no Estado do Rio Grande do Sul.

³⁷ Não há dúvida de que os proprietários das empresas que operam no Pólo Petroquímico de Triunfo não são residentes no município, mais o fato de a carga tributária que incide sobre as atividades do Pólo não reverte necessariamente para o município, ou seja, sobre a forma de pagamento de salários do funcionalismo público “residente” da cidade de Triunfo. Enquanto que em Santa Maria, uma cidade que não é tipificada como industrial e sim uma cidade-pólo de serviços, inclusive públicos e administrativos, beneficia-se com a transferência de recursos estaduais e federais em montantes que provavelmente superam a contribuição tributária do município.

municípios do Noroeste Colonial é considerada de média a baixa dispersão³⁸; propensão que pode ser alavancada via políticas públicas específicas para a região. Empiricamente, constata-se que atores locais³⁹ presentes em muitos dos municípios tem apresentado um esforço endógeno, quer por meio de Programas Municipais de Desenvolvimento Territorial, quer por atividades extensionistas com vistas a qualificar a população a potencializar seus conhecimentos e particularidades nos diversos territórios existentes na região.

Conforme informações constantes da tabela 5, quanto aos QL's apresentados pelos municípios, relativo às culturas temporárias, dos 32 municípios do COREDE Noroeste Colonial, o soja só não está presente em dois (Três Passos e Vista Gaúcha). O trigo só não se faz presente em Tiradentes do Sul e Vista Gaúcha. A mandioca é cultivada em 19 municípios. A cana-de-açúcar está presente em 14 municípios e, conforme informações de extensionistas e agricultores familiares que tradicionalmente cultivam soja, há um crescente interesse em aumentar a área plantada de cana em função do surgimento de agroindústrias familiares – num esforço em agregar valor ao produto com a produção de seus derivados – em detrimento da possível redução na área plantada do soja, conseqüência da descapitalização do agricultor familiar que torna inviável o cultivo da referida cultura. A ocorrência de $QL > 1$ em vários produtos agropecuários nos municípios do COREDE leva à identificação da ocorrência de multiespecializações. A multiespecialização é um fator positivo em detrimento da monocultura do soja ou do binômio trigo/soja.

É importante assinalar o problema de limitação matemática apresentada na análise dos dados, por exemplo, a referente aos QL's do centeio (tabela 5), que revela ser inadequado comparar municípios que apresentam desigualdades regionais acentuadas em sua estrutura

³⁸ A renda que é apropriada parcialmente pela região até poderia ser considerado um gargalo se considerássemos, no setor agropecuário, que na cultura do soja a maior parte da renda gerada é apropriada por não residentes nos territórios onde é desenvolvida a cultura, haja visto a utilização de grandes áreas cultivadas, a presença de complexos agroindustriais transnacionais presentes no desenvolvimento e na utilização da transgenia associada à sementes e produtos utilizados intensivamente no desenvolvimento da cultura. E, por outro lado, a identificação de atividades que estão sendo desenvolvidas por grupos de agricultores familiares que historicamente cultivavam soja e que hoje já pensam e m substituir a cultura por outra(s) atividades mais viável à sua reprodução e (re)inserção social.

³⁹ Um coletivo organizado com uma certa solidariedade, um capital social “básico”, comunidades e associações, lideranças políticas, atores sociais públicos e privados, representantes do Estado e uma Universidade – como um espaço não-político que organiza uma reflexão, com autonomia e assume uma posição que, em última instância é ouvida por todos.

sócio-econômica. Os municípios onde aparece a cultura de centeio (elevado QL) coincidem com as localidades onde a população urbana é bem superior à rural, e cuja participação no emprego no setor agropecuário considerada baixa, monopoliza o referido cultivo⁴⁰.

⁴⁰ Por isto mesmo, se tomamos (equivocadamente) o valor absoluto do QL como uma medida simples e direta de grau de especialização, acabamos super-dimensionando a especialização real de uma região periférica pelo fato da mesma ter uma grande participação relativa em um nicho produtivo no qual a macro-região de referência não tem expressão. Em particular aquelas atividades cuja distribuição territorial e importância econômica global é condicionada pela natureza (mineração, geração de energia hidro-elétrica, etc.) ou por determinações político-estratégicas (manutenção de aeronaves militares em bases aéreas fronteiriças, p.ex.), podem gerar QL's superdimensionados, se se toma como referência a expressão efetiva (absoluta e percentual) daquelas atividades na mobilização da renda e do emprego, seja na região analisada, seja na macro-região de referência (PAIVA,2006a, p.12)

Tabela 5 - Produtos de maior especialização relativa dos municípios do COREDE Noroeste Colonial - QL's Agric Temp⁽¹⁾

Ajuricaba	Augusto Pestana	Barra do Guarita	Bom Progresso	Catuípe
Linho 3,1924	Aveia 3,0673	Mandioca 3,5153	Aveia 5,6578	Linho 13,8594
Trigo 3,0652	Soja 2,4239	Cana açúcar 1,7448	Melão 4,3955	Soja 3,5154
Aveia 2,9393	Trigo 2,0839	Soja 1,6398	Mandioca 2,5898	Trigo 2,4256
Soja 2,0441	centeio 1,8019	Melancia 1,6019	Trigo 2,4598	Aveia 1,9214
Cana açúcar 1,6674	Alho 1,7356	Batata-doce 1,1576	Milho 1,5056	Centeio 1,8460
Cevada 1,0255	Cana açúcar 1,4833	Trigo 1,0200	Soja 1,4993	Mandioca 1,0414
	Mandioca 1,3276		Amendoim 1,1560	
Bozano	Braga	Campo Novo	Chiapeta	Condor
Centeio 4,2878	Amendoim 41,1449	Centeio 20,1233	Centeio 15,7651	Centeio 22,4908
Trigo 3,5721	Aveia 5,4143	Amendoim 4,9156	Soja 3,4617	Aveia 3,2362
Melão 3,1655	Trigo 3,8658	Melão 2,6507	Aveia 2,9528	Trigo 3,0095
Aveia 3,0839	Melão 2,9781	Soja 2,6143	Trigo 2,6810	Soja 2,8516
Amendoim 2,5239	Cana açúcar 2,0113	Trigo 2,5785		Linho 1,4697
Soja 2,5132	Milho 1,8950	Feijão 1,7510		Melão 1,3380
Cana açúcar 1,1552	Soja 1,5987	Milho 1,6405		Milho 1,1104
	Mandioca 1,0726	Mandioca 1,0155		
Coronel Barros	Coronel Bicaco	Crissiumal	Nova Ramada	Panambi
Melão 11,5848	Centeio 43,6701	Abacaxi 2,6797	Centeio 23,8813	Centeio 21,6940
Amendoim 5,7922	Linho 8,1346	Mandioca 1,4783	Linho 11,4742	Trigo 3,0112
Linho 4,0052	Trigo 3,2275	Fumo 1,4669	Aveia 4,7973	Soja 2,4074
Soja 3,1986	Soja 2,9125	Milho 1,3573	Trigo 2,9791	Linho 2,0480
Centeio 3,0417	Aveia 1,5100	Cana açúcar 1,0676	Soja 2,5704	Melão 1,0350
Trigo 2,3985	Sorgo 1,1769	Trigo 1,0551	Cana açúcar 1,9362	
Aveia 1,7046		Soja 0,9631	Mandioca 1,3773	
Mandioca 1,3450				
Cana açúcar 1,1039				
Pejuçara	Derrubadas	Esperança do Sul	Humaitá	Jjuí
Centeio 7,0238	Trigo 2,3508	Abacaxi 8,4329	Mandioca 3,1432	Linho 2,8875
Trigo 3,7694	Soja 1,9761	Mandioca 4,0318	Trigo 1,4774	Soja 2,5683
Soja 3,3784	Cana açúcar 1,9517	Trigo 2,0715	Milho 1,3407	Aveia 2,3177
Aveia 3,0934	Centeio 1,5454	Soja 1,3313	Soja 1,3347	Trigo 2,2061
Feijão 1,0079	Batata-doce 1,2085	Batata-doce 1,1348		Cana açúcar 2,0956
	Mandioca 1,1214			Mandioca 1,9754
	Melancia 1,1149			Centeio 1,5283
	Abacaxi 1,1087			
Inhacorá	Jóia	Miraguaí	Santo Augusto	Redentora
Aveia 4,3312	Linho 9,1003	Amendoim 12,8478	Centeio 66,4112	Centeio 31,9967
Soja 3,0388	Soja 3,7241	Milho 2,4730	Melão 7,3930	Trigo 1,9437
Trigo 2,5137	Melão 2,2381	Cana açúcar 2,1629	Trigo 3,4325	Soja 1,7232
Milho 1,0362	Aveia 1,9719	Batata-doce 1,5144	Soja 2,7144	Linho 1,4900
	Trigo 1,8108	Mandioca 1,4078	Feijão 1,8934	Ervilha 0,6515
	Centeio 1,1930	Ervilha 1,2071	Aveia 1,4610	
	Milho 1,1671	Soja 1,2028	Milho 1,0984	
	Amendoim 1,0973	Trigo 1,0128		
São Martinho	São Valério do Sul	Sede Nova	Tenente Portela	Tiradentes do Sul
Centeio 6,8617	Soja 3,0232	Trigo 3,5749	Trigo 1,9532	Abacaxi 2,9648
Mandioca 2,6072	Mandioca 2,4317	Centeio 1,4906	Soja 1,8599	Milho 2,4030
Trigo 2,3446	Trigo 2,0672	Mandioca 1,4159	Milho 1,7220	Mandioca 1,8693
Melão 1,8418	Aveia 1,7966	Soja 1,2829	Cana açúcar 1,4657	Batata-doce 1,7098
Soja 1,5280			Abacaxi 1,3704	Soja 1,4725
				Cana açúcar 1,2702
Três Passos	Vista Gaúcha			
Mandioca 3,4602	Mandioca 1,8916			
Cana açúcar 1,4078	Trigo 1,3324			

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho. RAIS, 2000.

FEE/FEEDADOS.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: (1) O QL informa quantas vezes o serviço e/ou produto é mais importante para a região analisada vis-à-vis à região de referência; o QL da região de referência Rio Grande do Sul é 1.

Na tabela 6 vê-se a produção oriunda de lavouras permanentes, o que vem a consolidar a noção de multiespecialização.

Tabela 6 - Produtos de maior especialização relativa dos municípios do COREDE Noroeste Colonial - QL's Agric Perm⁽¹⁾

<u>Ajuricaba</u> Erva Mate 2,4838	<u>Augusto Pestana</u> Pera 1,1663	<u>Barra do Guarita</u> Manga 7,6022 Laranja 1,8700 Pera 1,7437 Figo 1,6432	<u>Bom Progresso</u> Manga 4,9238 Abacate 2,3898 Pera 1,9361 Erva Mate 1,5632 Mamão 1,5578	<u>Braga</u> Erva Mate 2,0690 Pera 1,7736 Abacate 1,7692
<u>Campo Novo</u> Laranja 1,2106	<u>Catuípe</u> Laranja 2,9721 Tangerina 1,2103	<u>Coronel Barros</u> Pera 2,1181 Abacate 2,0169	<u>Coronel Bicaco</u> Erva Mate 5,8016 Noz 1,7164 Figo 1,5513	<u>Crissiumal</u> Manga 4,9731 Abacate 1,8473 Mamão 1,6858
<u>Derrubadas</u> Manga 2,6456 Mamão 1,6740 Abacate 1,3758 Pera 1,1270	<u>Esperança do Sul</u> Mamão 7,2307 Manga 4,4715 Abacate 2,0669 Goiaba 1,2197 Laranja 1,2055	<u>Humaitá</u> Manga 1,9993	<u>Ijuí</u> Erva Mate 1,4917 Pera 1,1463 <u>Inhacorá</u> Erva Mate 1,5128	<u>Miraguaí</u> Manga 6,0892 Abacate 3,7999 Mamão 3,8530 Tangerina 2,0860 Laranja 1,5284 Erva Mate 1,1047
<u>Nova Ramada</u> Erva Mate 2,1190	<u>Redentora</u> Erva Mate 15,0710 Noz 8,4887 Abacate 2,2788 Pera 1,5795 Laranja 1,5124	<u>Santo Augusto</u> Erva Mate 1,2132	<u>São Martinho</u> Manga 2,0137 Mamão 1,8405 Pêssego 1,0296	<u>São Valério do Sul</u> Erva Mate 1,6195
<u>Tenente Portela</u> Pera 2,0131 Manga 1,9818 Mamão 1,2540 Abacate 1,2367 Laranja 1,2271	<u>Tiradentes do Sul</u> Mamão 4,2633 Manga 3,3688 Laranja 2,0043 Pera 1,9134 Abacate 1,4015	<u>Três Passos</u> Figo 9,5460 Manga 6,1338 Mamão 1,6819	<u>Vista Gaúcha</u> Mamão 2,3009 Laranja 1,4376	

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho. RAIS, 2000.

FEE/FEEDADOS.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: (1) O QL informa quantas vezes o serviço e/ou produto é mais importante para a região analisada vis-à-vis à região de referência; o QL da região de referência Rio Grande do Sul é 1.

4 AGROINDÚSTRIA FAMILIAR COMO UMA ALTERNATIVA DE REPRODUÇÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS NO MEIO RURAL – O CASO DE CRISSIUMAL

As observações aqui apresentadas estão centradas na análise das seguintes funções da agricultura familiar: a) reprodução social das famílias; b) promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, c) manutenção do tecido social e cultural, e, d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Coerentemente com o enfoque da multifuncionalidade da agricultura apresentado neste estudo, a unidade de observação da pesquisa deixa de ser a agricultura *stricto sensu*, passando a ser a família rural, considerada sob a perspectiva de uma unidade social e não somente produtiva. Resumidamente, para fins da análise, entender-se-á por família rural a unidade que se reproduz no regime de economia familiar, desenvolvendo qualquer que seja o processo biológico sobre um pedaço de terra, situada num território com determinadas características sócio-econômicas, culturais e ambientais, o que, nestes termos, vem a ampliar o universo de análise para além das unidades consideradas como economicamente importantes. Com esta escolha, permite-se avaliar diferentes participações da agricultura na renda familiar (em relação às demais atividades não-agrícolas), assim como sua relação com a dinâmica social das famílias (CARNEIRO e MALUF, 2003)⁴¹.

Entretanto, é relevante considerar o que ressaltam Carneiro e Maluf (2003, p.23), observando que os estudos de caso têm revelado ser um instrumento pertinente para a análise da evolução dos ajustes pelos quais a atividade agrícola tem passado ao longo dos tempos até a atualidade. A contextualização do território⁴² tomado como referência permite que a análise identifique os processos econômicos e sociais que legitimaram a agricultura familiar

⁴¹ Tal opção metodológica poderá vir a conduzir a divergências em relação aos dados oficiais, uma vez que procura incluir aquelas situações que normalmente não se enquadram no modelo de estabelecimento agrícola concebido pelos serviços públicos.

⁴² Ajustando-se a uma noção de território “adequada” ao enfoque da multifuncionalidade, o universo de pesquisa pode constituir-se por uma unidade socioespacial (localidade, bairro, assentamento, comunidade, vilarejo, arraial, município, etc.) cuja amplitude é definida pelas famílias que a integram. No estudo de caso, o universo de pesquisa abrangeu todas as famílias que se consideram integrantes da unidade socioespacial considerada – a localidade de Crissiumal, constituída pelas diversas comunidades a que fazem parte as diversas famílias de agricultores familiares acrescentando-se a condição das famílias fazerem parte de uma Cooperativa de Agroindústrias Familiares (Cooperfontenova).

multifuncional, assim como aqueles que se tornaram obstáculos para o desenvolvimento de uma agricultura propícia à multifuncionalidade. Pôde-se, também, identificar as características que permitem dar margens a ações e políticas públicas na direção de uma agricultura multifuncional.

Como principal instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário único aplicado aos responsáveis pelas famílias selecionadas, coordenador da cooperativa e extensionistas, em momentos distintos e a observação das “lidas” diárias dos atores analisados. Nestes termos, procurou-se avaliar, por exemplo, o que pensam os agricultores sobre a contribuição da agricultura para a sociedade, para o meio ambiente e para sua dinâmica de reprodução social e em até que ponto as políticas públicas influenciam suas atividades, uma vez que é necessário aparecer não somente o seu ponto de vista como agricultor, mas a idéia de construção social da multifuncionalidade e de sua condição/contribuição, entendendo-se que a diferença quanto à compreensão do papel dos agricultores por eles mesmos relaciona-se à própria diversidade de sentidos atribuídos à sua atividade agrícola.

Buscou-se assegurar uma amplitude mínima que pudesse compor uma amostra representativa, embora por critérios não-paramétricos, de forma que as famílias selecionadas para aplicação de questionário contemplassem a diversidade sócio-econômica e cultural das famílias pertencentes ao universo correspondente. Para tanto, o número de questionários aplicados foi superior a 10% do total de famílias integrantes do universo de agroindústrias familiares consideradas.

Num esforço para síntese da análise do estudo de caso da pesquisa em torno das possibilidades analíticas e da noção de multifuncionalidade em consequência das peculiaridades da realidade rural de Crissiumal bem como sua contribuição para o processo de desenvolvimento local, no item a seguir demonstra-se a relação entre a produção socioeconômica das famílias envolvidas nas agroindústrias familiares, as atividades agrícolas (e não agrícolas) desenvolvidas por elas, bem como sua dinâmica de reprodução social.

4.1 Agroindústria familiar em Crissiumal

O presente item trata, num primeiro momento, da localização e caracterização do município e do processo de constituição da cooperativa de agroindústrias familiares.

O município de Crissiumal está localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul, às margens do Rio Uruguai, fronteira com a República da Argentina, distante 500 km de Porto Alegre e 135km de Ijuí. Crissiumal possui 15.180 habitantes e população estimada para o ano de 2006 em 13.341 habitantes⁴³, sendo que em torno de 60% ainda residem no meio rural, distribuídos em 2.384 propriedades rurais, com média de 12 ha por propriedade. A etnia que predomina no município é de 70% da população de origem alemã, sendo que os 30% restantes distribuem-se em várias outras etnias (CERVI, 2006)⁴⁴.

Conforme Cervi (2006), a economia do município está baseada na agricultura familiar, predominando a cultura do milho (6.000 ha), a cultura da soja (10.000 ha), a cultura do fumo (1.200 ha) e culturas tropicais como abacaxi, maracujá e de subsistência, tais como mandioca, feijão, batata, hortaliças, amendoim, cana-de-açúcar. Na pecuária, destaca-se a bovinocultura de leite e suinocultura.

O processo de constituição da cooperativa foi iniciado no ano de 1998, inclusive com selo de garantia (figura 3), quando lideranças do município iniciaram a implantação de ações que viriam a mudar o perfil produtivo de algumas propriedades. Um programa de desenvolvimento local denominado como PACTO FONTE NOVA, onde as agroindústrias foram sendo instaladas por ação conjugada do produtor, com órgãos de assistência técnica e decisões políticas da administração pública, com o objetivo de diminuir o sistema de monocultura que levou muitos agricultores a vivenciar situações de “fracasso” nas propriedades rurais (CERVI, 2006). Culminado com a mobilização dos integrantes do Pacto

⁴³ Conforme IBGE, Censo Demográfico 2000; IBGE, população estimada 2006, em 01.07.2006. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> > Acessado em 16 jul. 2007.

⁴⁴ Ângela Roberta Cervi é extensionista da área de Bem Estar Social – Escritório Municipal da EMATER/RS-ASCAR em Crissiumal.

Fonte Nova, em dezembro de 2002 criaram a Cooperativa das Atividades Agroindustriais e Artesanais do Pacto Fonte Nova – COOPERFONTENOVA. Conforme Cervi (2006, p.2), o processo cresceu e, em 2003, entendeu-se que o foco deveria ser direcionado para Turismo Rural, pois foi necessário pensar-se em como organizar e receber o grande número de turistas que chegavam ao município com o intuito de conhecer a experiência das agroindústrias familiares. Num segundo momento, tratar-se-á do público alvo e atores locais/regionais que tiveram importante papel no processo de constituição da cooperativa, os quais ainda hoje interagem constantemente com a COOPERFONTENOVA. E, num terceiro momento, finaliza-se apresentando as dimensões funcionais atingidas pelo Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova e Cooperativa.

Figura 3 – Selo de garantia



O Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial – Pacto Fonte Nova foi concebido com a finalidade de apoiar pequenos proprietários rurais para a produção de matérias-primas, a agroindustrialização e a comercialização de alimentos cuja característica principal é a qualidade. Ao participar do Programa, o produtor tem o apoio técnico das entidades que atuam no município e da Prefeitura, com relevante participação do escritório municipal da EMATER/RS-ASCAR, com a Prefeitura mantendo o Conselho de Desenvolvimento Rural atuante, criando fundos de desenvolvimento com dotação orçamentária e mantendo a Legislação Sanitária e o Serviço de Inspeção Municipal. Conforme o Programa, também é de responsabilidade da Prefeitura manter o convênio com a EMATER, firmar parcerias com o SEBRAE, com o SENAR e todos os organismos de extensão, para que os agricultores envolvidos possam estar preparados tecnicamente e se aperfeiçoando através de cursos e de treinamentos disponibilizados.

O processo de constituição do programa, como um novo modelo de desenvolvimento rural, é fundamentado na diversificação das atividades e na implantação de pequenas e médias agroindústrias que permitam aos produtores agregar valor às matérias-primas produzidas na propriedade, gerando renda, qualidade de vida e cidadania. Logo, o Programa tem como principal “compromisso implantar um modelo de desenvolvimento rural sustentável, que permita aos pequenos proprietários eficiência econômica agregando renda e gerando condições para que possam, enquanto empreendedores, viver na propriedade rural com renda e dignidade” (Pacto Fonte Nova).

Como justificativa para a concepção do Programa, numa breve contextualização, cita-se a falência do modelo de desenvolvimento agrícola alicerçado na monocultura do binômio soja/trigo em pequenas propriedades rurais, o que gerou endividamento dos produtores e conseqüente queda da rentabilidade da propriedade, podendo-se associar, ainda, a redução dos preços dos produtos agrícolas e as constantes frustrações de safras.

A concepção do Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial – Pacto Fonte Nova visava transformar as propriedades rurais, evitando assim ao máximo o êxodo rural e criando oportunidades no interior. Este programa que já é reconhecido internacionalmente, tem sido elogiado por diversas personalidades do Brasil e do mundo, quando a economia local baseada nas pequenas propriedades rurais gera projetos⁴⁵ que aproveitam as potencialidades locais transformando-as em oportunidades de comercialização de seus produtos.

Em 1998 iniciou o processo com o surgimento de 14 agroindústrias, em 1999 já havia 19, em 2000, 23 agroindústrias, e foram aumentando sucessivamente até chegar ao número significativo de 44 agroindústrias produzindo 114 tipos de produtos coloniais, tais como queijos, bebida láctea, iogurtes, embutidos e defumados, bolachas, cucas, doces, massas, geléias, *chimiens*, compotas e conservas, doces em pasta, sucos, licores, aguardente, açúcar mascavo, melado, rapadura, ovos de codorna, criação e abate de frangos coloniais, vassouras, olaria, aipim palito congelado, aipim à vácuo, produção de flores, vinhos, graspa, sabão, mel, etc. (CERVI, 2006, p.2)

⁴⁵ Por exemplo, o Via Lácteo - na atividade agropecuária se destaca a produção leiteira, com uma produção diária de mais de 70.000 litros, onde Crissiumal é um dos maiores produtores de leite do Estado.

Fizeram parte do processo de implementação PACTO FONTE NOVA, cursos, reuniões, visitas, intercâmbio com excursões, envolvendo as 44 agroindústrias das quais a maioria delas está inserida no CIRCUÍTO TURÍSTICO “MUNDO COLONIAL”⁴⁶ (figura 4), além de outras atrações culturais agregadas ao processo que está sendo consolidado com cursos para qualificar os produtos, pessoas e ambientes envolvidos. Hoje, o município de Crissiumal já é conhecido como “Terra das Agroindústrias”, o que traz cada vez mais turistas para visitação (CERVI, 2006).

Figura 4 – Rota Turística



Na figura 4, o selo que identifica o “Circuito Turístico” de Crissiumal.

4.1.1 Público-alvo do Pacto Fonte Nova e estratégia de trabalho, atores locais/regionais

Conforme consta no Pacto Fonte Nova, o público alvo do Programa são os produtores rurais que residam em pequenas propriedades ou povoados rurais; que tenham no mínimo oitenta por cento (80%) de sua renda proveniente da agricultura familiar; sejam proprietários ou arrendatários de imóvel rural; que utilizem mão-de-obra familiar; e que se disponham a

⁴⁶ O Turismo Rural vem sendo trabalhado em todo o município, abrangendo todas as comunidades, ao qual cada comunidade apresenta seu diferencial e outros atrativos, tais como terreno bem acidentado, com belíssimas paisagens, com visão para o rio Uruguai e Argentina; outras com visão para vales, cachoeiras, cascatas, planalto, etc. As famílias que trabalham com turismo rural são na maioria de baixo poder aquisitivo e que aderiram buscando mais uma alternativa de renda nas propriedades rurais.

realizar cursos e treinamentos necessários para sua especialização na atividade. Também são considerados como público alvo os comerciantes que, estabelecidos no município, assinaram Termo de Adesão ao Programa comprometendo-se a divulgar e comercializar os produtos provenientes das agroindústrias.

A fim de se conseguir o envolvimento das lideranças municipais e comunitárias e de todas as pessoas vinculadas ao Programa, a EMATER/RS-ASCAR através de seus técnicos municipais com apoio do Escritório Regional de Ijuí juntamente com a Prefeitura Municipal, com recursos próprios e da Administração Municipal e Ministério de Desenvolvimento Agrário, ofereceu à comunidade vários cursos, reuniões, excursões, seminários e visitas que viabilizaram sua organização e envolvimento.

Fotografia 01 – Palestra do Sr. Prefeito Municipal
na Câmara de Vereadores de Crissiumal



Fonte: EMATER/RS-ASCAR, base CERVI (2006).

A fim de que se conseguisse alcançar os objetivos no que tange ao Turismo Rural foram criadas estratégias que envolveram entidades, e comunidade em geral, tais como, reuniões, cursos, pesquisas, excursões, seminários e visitas (CERVI, 2006, p.5).

Fotografia 02 – Palestra proferida por extensionista da EMATER/RS-ASCAR



Fonte: EMATER/RS-ASCAR, base CERVI (2006).

Quando da criação do Programa, um consenso foi trabalhado e desenvolvido na Câmara de Vereadores do município. A Associação do Comércio e Indústria – ACI, juntamente com a “Fonte Nova” construíram a sede. Os gerentes de Bancos foram convencidos da realidade do agricultor e da importância do agricultor para a região. Por exemplo, há aproximadamente 3 anos, o Banco do Brasil ofereceu recursos de custeio para plantio de cana, quando Crissiumal foi o primeiro município, no Rio Grande do Sul, a financiar lavouras de cana-de-açúcar.

Até o ano de 2004, foram investidos no Pacto Fonte Nova em torno de R\$1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil reais), sendo que destes, 55% foram recursos próprios dos agricultores, 28% provenientes de financiamentos contratados pelos

produtores junto às agências bancárias (PRONAF) e Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Crissiumal – FUNDAC e 17% originados de incentivos oferecidos pela Prefeitura Municipal de Crissiumal. Mais de 40 pessoas compõem o corpo técnico do Programa, além do Conselho de Administração, formado por representantes de entidades como Sindicatos, Bancos, Cooperativas, EMATER/RS-ASCAR, ACI, Prefeitura Municipal, etc. Conforme dados divulgados pela Prefeitura Municipal, o faturamento dos 44 empreendimentos no ano de 2004 foi na ordem de R\$ 2.450.000,00⁴⁷, enquanto que o faturamento bruto anual do ano de 2002 foi superior a R\$ 1.500.000,00⁴⁸.

O Conselho Técnico do Programa, que é composto por Agrônomos, Médicos Veterinários, Técnicos em Agropecuária, Vigilantes Sanitários, Nutricionista e extensionista, realiza visitas periódicas às agroindústrias, promovendo reuniões, palestras, dias-de-campo, cursos, excursões, além de fomentar a pesquisa e fiscalizar a qualidade dos produtos.

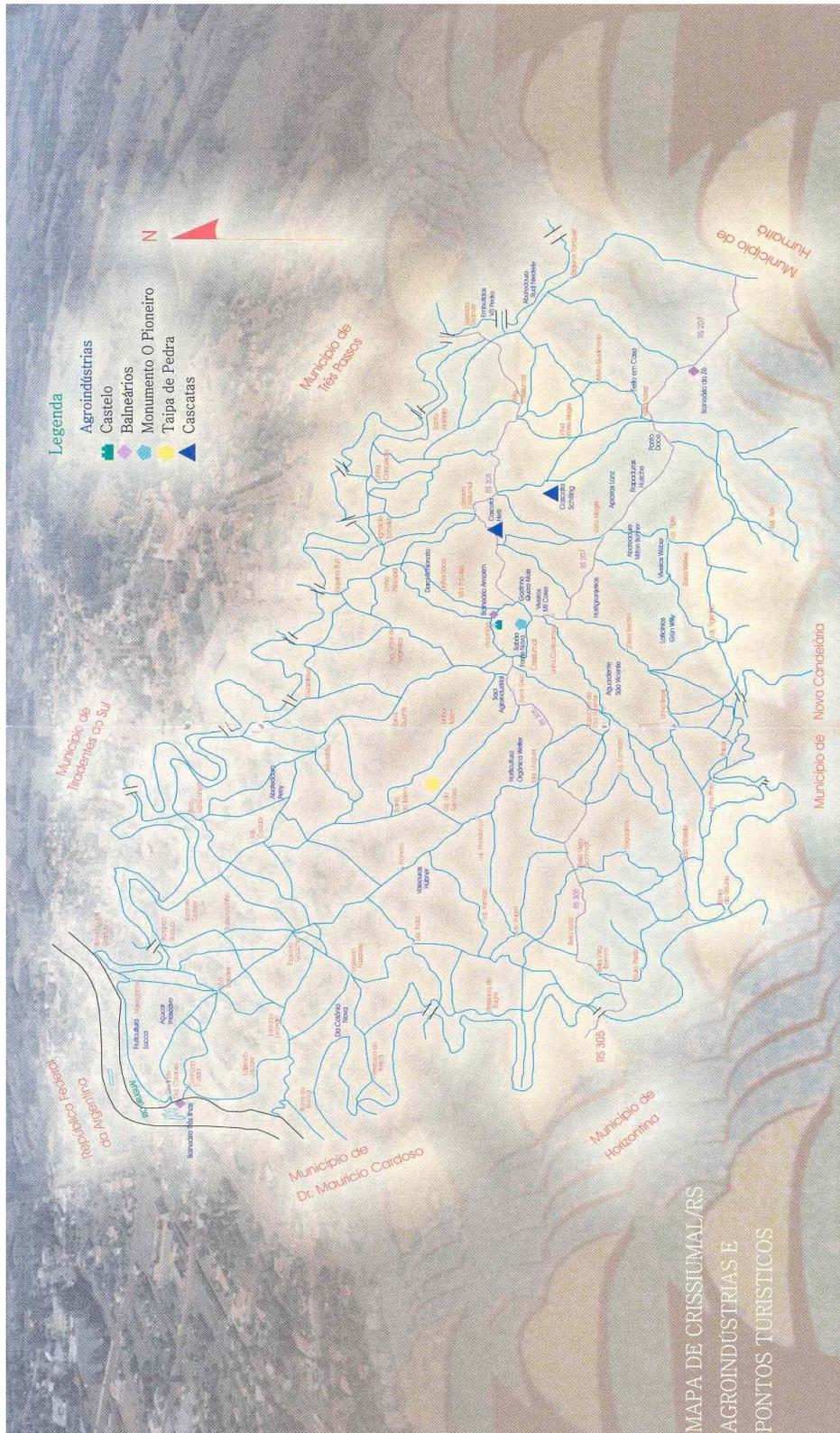
4.1.2 Resultados alcançados pelo Pacto Fonte Nova

Os resultados do Programa podem ser observados a partir da evolução no surgimento das agroindústrias. O processo iniciou em 1998 com 14 agroindústrias, em 1999 já havia 19 agroindústrias, em 2000, 23 agroindústrias e atualmente chegou-se ao significativo número de 44 agroindústrias, responsáveis pela produção de 114 tipos de produtos coloniais, gerando, em 2006, cerca de 260 empregos diretos. Na figura 5, pode-se observar o mapa de Crissiumal, com a localização das agroindústrias e principais pontos turísticos.

⁴⁷ Banco Central do Brasil, 2007, www.bcb.gov.br/pre/SeMicro5/Palestras/10_2_Walter.pdf

⁴⁸ Pacto Fonte Nova, 2007, <http://www.pactofontenova.com.br/sobre.php>

Figura 5 – Mapa de Crissiumal – Agroindústrias e pontos turísticos



Fonte: EMATER/RS-ASCAR – Crissiumal.

O Pacto Fonte Nova adotou a estratégia de trabalho de oferecer à comunidade cursos, reuniões, excursões, seminários e visitas, de forma que o envolvimento das pessoas nas atividades facilitasse sua articulação e organização. No quadro 1, apresenta-se um resumo dos resultados alcançados e que contribuíram para o êxito do Pacto Fonte Nova.

Quadro 1 – Processo de desenvolvimento do Pacto Fonte Nova e resultados alcançados

Ano	Resultados alcançados
1999	Agroindústrias do município participam da EXPOCRISS, feira comercial e agropecuária do município.
2000	A região de Santa Rosa convida as agroindústrias a participarem da Feira de Hortigrangeiros para gerar conhecimento e divulgação dos produtos.
2003	Criação da Secretaria do Turismo no município
2004	Julho: Capacitação de técnicos da EMATER/RS-ASCAR em turismo rural onde houve também visita ao município com 40 funcionários das regiões de Passo Fundo, Erechim, Ijuí e Santa Rosa.
	Dezembro: realizado o 1º Seminário de Turismo Rural em Crissiumal, com a participação de todas as entidades, pessoas envolvidas com o Turismo Rural e lideranças convidadas.
	Dezembro: criação do Comitê de Turismo Rural, passando a discutir e decidir sobre atuações no Turismo Rural de Crissiumal.
2005	Janeiro: realização do projeto RS Biodiversidade em famílias que atuam em Turismo Rural visando o reflorestamento com espécies nativas, cercamento do rio Uruguai (50m) e criação de placas indicatórias dos pontos turísticos (com utilização de recursos do PRONAF).
	Abril: Aprovação e implantação do RS Biodiversidade nas propriedades rurais.
	1º semestre: Criação do Circuito Turístico de Crissiumal.
	1º semestre: Realização de trabalho a campo para orientar quanto a nova forma de visualizar o “trabalho, recepção, jardins, “lay-out” da propriedade”.
	1º semestre: Melhoria dos acessos das agroindústrias para facilitar o tráfego de ônibus.
	Maior: ação de capacitação em turismo rural à um técnico da EMATER/RS-ASCAR do município juntamente com mais 40 colegas a fim de conhecer novas realidades sobre trabalhos em turismo rural em Santa Catarina e Paraná.
	Junho: Ação de divulgação e venda de produtos das agroindústrias do município na FECOLÔNIA (Feira Estadual de Produtos Coloniais) em Ijuí.
	Julho: elaboração de um folder com atrativos turísticos do município.
	Setembro: agricultores participam da reunião do COOPERFONTENOVA para juntamente com os técnicos descobrir novos empreendimentos agroindustriais ou não, que possa somar à propriedade.
	Setembro: participação no Festival Internacional do Turismo em Gramado.
	Setembro: agricultores participam da reunião da Cooper Fonte Nova para juntamente com os técnicos discutir novos empreendimentos agroindustriais ou não.
	Outubro: participação de um Dia de Campo sobre Alimentação de Subsistência em Bom Progresso para qualificar os produtos agroindustriais.

	<p>Outubro: lançamento do Projeto de Educação Ambiental e Turismo Rural para a comunidade de Crissiumal. Valor do projeto, R\$62.500,00 para capacitação em monitoria ambiental de 120 alunos, agricultores ou filhos de, sendo que 24 destes terão capacitação de monitores de turismo (360 horas de curso e trabalho de campo)</p>
	<p>Novembro: Realização do II Seminário do Pacto Fonte Nova na Câmara Municipal de Vereadores, com a presença das agroindústrias envolvidas ou não com o Turismo Rural.</p>
	<p>Novembro: realização da 1ª Festa do Frango Colonial na comunidade de São Sebastião, promovendo a ação das agroindústrias locais e ação de divulgação do Turismo local, assim como incentivo do consumo de frango colonial.</p>
	<p>Dezembro: Curso de Paisagismo promovido pela EMATER/RS-ASCAR, Prefeitura Municipal e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crissiumal.</p>
	<p>Dezembro: curso de Paisagismo promovido pela EMATER/RS-ASCAR, Secretaria Municipal de Educação e Sindicato Rural de Crissiumal.</p>
2006	<p>Março: curso com a 1ª turma de Educação Ambiental nas Áreas de Turismo Rural para 30 participantes (entidades parceiras e professores).</p>
	<p>Abril: curso com a 2ª turma do Projeto de Educação Ambiental em Áreas de Turismo Rural (agricultores e/ou filhos).</p>
	<p>Maior: realização de seminário do projeto de Educação Ambiental em Áreas de Turismo Rural.</p>
	<p>Maior: Apresentação pelos alunos do curso, dos pontos positivos e fatos marcantes por eles observado no que tange ao Meio Ambiente em Áreas de Turismo Rural, para os Secretários Municipais.</p>
	<p>Junho: Excursão para a FECOLÔNIA em Ijuí, com agricultores do Curso de Turismo e Agroindústrias.</p>
	<p>Junho: começa a criação de uma trilha ecológica que atingirá 3 propriedades rurais, iniciando em uma agroindústria de rapadura e melado, passando por um apiário e finalizando na 3ª propriedade por uma cachoeira (3 km de extensão).</p>
	<p>Agosto: visita com grupo de alunos do Projeto de Educação Ambiental, em Turismo Rural ao município de Porto Mauá, para conhecer a trilha ecológica e o trabalho de Turismo Rural deste município.</p>
	<p>Agosto: visita à uma propriedade rural no município de Ernestina para conhecer diversas formas de se trabalhar com Turismo Rural, educação ambiental, recepção ao turista e trabalhos de descontração para com os mesmos.</p>
	<p>Agosto de 2006: Criação de um Conselho de Turismo ao qual o Comitê de turismo Rural se insere ao grupo formando um só.</p>
	<p>Agosto e Setembro: Realização de um curso para monitores Ambientais no município para filhos de agricultores familiares (24 pessoas).</p>
	<p>Outubro: Realização de curso para monitores de turismo para que estes possam receber e acompanhar os turistas.</p>
	<p>Outubro: Criação/Elaboração de um Catálogo fotográfico pelos alunos do Projeto de Educação Ambiental em áreas de Turismo Rural.</p>
	<p>Outubro: Elaboração pelo 2º grupo do projeto de Educação Ambiental em áreas de Turismo Rural, do Mapa dos Ecossistemas e Pontos Turísticos do município.</p>
<p>Fonte: EMATER/RS-ASCAR, base CERVI (2006).</p>	



Fotografia 03 – Ônibus-feira / *trailer* da Cooperativa, equipado para exposição dos produtos em viagens e participação em feiras e eventos.

Fonte: EMATER/RS-ASCAR, base CERVI (2006).

A partir da distribuição dos produtos, realizada a nível local, regional e estadual, sua divulgação e comercialização alcançou outros países, com registros para Alemanha, Bélgica e Chile. Com o Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova, o município foi alvo de interesse de muitas pessoas e instituições, as quais procuravam entrar em contato com a Cooperativa solicitando orientações de como visitar as agroindústrias a fim de conhecer aquela experiência. Sendo assim, nos últimos três anos o município recebeu mais de 270 caravanas e excursões (totalizando mais de 10.000 visitantes/turistas⁴⁹), originadas de diversos municípios do Rio Grande do Sul, de outros estados e Países. Conforme um dos extensionistas da EMATER/RS-ASCAR,

“... até o momento foram recebidos 11.000 visitantes, que visitam em média 3 agroindústrias por semana, nos últimos dois anos e meio (+- 2004) (números registrados conforme a agenda das visitas. Se fossem consideradas as visitas que não foram e que atualmente não são agendadas, os números seriam superiores)” (fev. 2007).

Para tanto, a partir do ano de 2003, entendeu-se que o foco deveria ser direcionado para o Turismo Rural, como mais uma formatação multifuncional do Programa. Começou-se

⁴⁹ Conforme informações preliminares, até o primeiro semestre do ano de 2006.

a pensar em como organizar e receber o grande número de pré-agendamento de solicitações de visita, passando-se assim a referir-se aos visitantes também como “turistas”.

A experiência do turismo rural no município de Crissiumal, iniciado em meados do ano de 2005, objetivou organizar as ações e o fluxo de turistas que visitavam o interior do município para conhecer a realidade das agroindústrias, tecnologias, metodologia de trabalho e políticas públicas, sem interferir nos aspectos culturais da população. Especificamente, os objetivos eram a geração de emprego e renda no município, diminuir o êxodo rural, resgatar a auto estima das pessoas, valorizar a cultura, gastronomia e os atrativos naturais e culturais, criar uma visão ambientalmente correta nas comunidades, qualificar as ações de recepção para os turistas, ampliar e qualificar a quantidade de atrativos, qualificar a divulgação da ação de turismo e, sempre que possível, inserir no contexto turístico novos tipos de atrativos.

Conforme o quadro 1, apresentado anteriormente, pode-se observar todo o processo organizativo das visitas, desde sua concepção e qualificação do pessoal envolvido até o tocante à adequação e alcance às políticas públicas e a preocupação com a questão ambiental.

Fotografia 04 – Visitação às agroindústrias de vinhos e sucos



Fonte: EMATER/RS-ASCAR, base CERVI (2006).

Originalmente, a cana-de-açúcar era plantada nas áreas onde não se podia produzir outras culturas. Já que a cana produzia em qualquer lugar, ela era cultivada como uma cultura marginal. Entretanto, conforme relatado por outro extensionista da EMATER/RS-ASCAR, de Crissiumal “atualmente a cana está assumindo um perfil de produto mais importante. Há agricultores que estão substituindo, gradativamente, áreas que antes eram destinadas ao soja, trigo ou fumo, para cultivar cana-de-açúcar”.

Conforme relatado por um agricultor,

“Ali naquela parte em frente da casa, eu deixei de plantar soja e há uns dois anos estou com cana. Já que nós conseguimos fecha (sic) umas vendas com os alemães, eu acho que valeu a pena a troca. Até este meu filho aqui, ... tá (sic) ajudando a embalar e encaixotar as garrafinhas que vão para a Alemanha” (jan./mar.2007).

Já outro agricultor entrevistado informa, ao apontar sua pequena produção de fumo “suspensa” para secagem no galpão, que suas condições de vida e dignidade nunca tinham sido tão boas quando produziam somente o fumo:

“Antes a gente plantava bastante fumo, 6 hectares. Uma produção braçal, sofrida ... muita química e veneno, além de ter que trabalhar com todo aquela proteção, aquela roupa pesada que a gente suava até não agüenta (sic) mais ... Eu vivia sempre com dor nas costas e problema de respiração. Agora ...há uns três anos já com minha área de fumo reduzida, estamos colhendo os frutos do aumento da plantação de cana. Hoje nosso melado é um dos mais vendidos. Já melhorei a nossa casa, meu filho está construindo a dele, estou construindo a nova sede para produção do melado e para receber as visitas ... estamos até pensando em experimentar produzir cachaça daqui algum tempo” (mar.2007).

A área das agroindústrias de cachaça vem apresentando crescimento superior às outras, não só pela facilidade de plantio e o conhecimento da tecnologia da cana, mas pela procura crescente e constante, inclusive para mercados fora da região. Três agroindústrias regulares registram produção mensal de 8.000 litros, envolvem 20 pessoas diretamente na produção e 50 pessoas indiretamente.

Outro dos agricultores entrevistados relatou que:

“antes das atividades na agroindústria de cana-de-açúcar de minha família, nós plantávamos soja. Mas desde que se começou a produzir na agroindústria, há uns 6 anos, a idéia que foi inicialmente adotada por minha família e eu, foi logo dividida com vizinhos e amigos da comunidade. Nesses anos, uns deixaram de produzir, desistiram, outros entraram e continuaram o trabalho dos outros ... tivemos sucessos e insucessos. Aprendemos, corrigimos, investimos, conseguimos outros companheiros, sócios e novas idéias, e, olha, nos últimos três anos foi o período que mais produzimos. Nossa produção fica em torno de 6.000 litros de cachaça por hectares. Hoje temos um pedido de exportação de cachaça orgânica, via porto de Rio Grande, em torno de 2.500 garrafas de 750ml, mais umas 1.000 garrafinhas de 50ml, para a Alemanha que arca com impostos e frete. Antes houve uma exportação via aérea onde o custo/frete por garrafa foi de 10 euros” (jan.2007).

O coordenador da COOPERFONTENOVA relata:

“Nós temos um produtor que conseguiu certificação da cana como produto orgânico, e conseguiu entrar no mercado europeu. E, hoje tá (sic) exportando pra (sic) todo mundo ... e, então entra um produto de Crissiumal. E, sabe quanto venderam a última carga? A 7 euros a garrafa de 750 ml, começaram com 2,30, e hoje os alemães já estão pagando 7 euros pela cachaça. Hoje esse agricultor produz em torno de 80/90.000 litros, e ele quer chegar, ainda esse ano a 150.000 litros, e em dois anos, a 200.000 litros. É, claro que não vai vender tudo para os alemães, eu acho que não ... ”(fev.2007).

A agroindústria de açúcar mascavo que é marcada pela experiência que o agricultor detém, já possui registro para comercialização no mercado regional. Existe uma agroindústria regular, com produção mensal de 80 kg de açúcar mascavo, envolvendo 02 pessoas diretamente na produção e 06 indiretamente. Quanto ao melado, no município, há três agroindústrias registradas, com produção mensal de 3.000 kg e envolvendo 12 pessoas diretamente na produção e 30 indiretamente. Pela facilidade e disponibilidade da cana-de-açúcar na maioria das propriedades, este produto é viabilizado, não somente para consumo familiar, mas principalmente para a industrialização e venda *in natura*.

No caso das agroindústrias de açúcar mascavo e melado, os produtores estão muito otimistas quanto aos resultados alcançados.

“Hoje o meu filho e a esposa dele estão trabalhando comigo e a mulher. Conseguimos construir aquela casa ali em cima, próximo da entrada da propriedade. No próximo mês vamos nos mudar pra (sic) lá e tudo vai se ajustando, melhorando. Aqui nesta parte da propriedade, estamos adequando toda a peça onde será aumentada a produção do melado e o lugar para a degustação e recepção das visitas das quintas. Tivemos que fazer este investimento para se adequar à legislação. E tudo graças à ajuda do pessoal da EMATER, que nos tem orientado muito” (jan.2007).

Nota-se que há uma preocupação com a questão da melhoria da apresentação da sua casa, o seu entorno, apresentação das condições de vida, canteiros, não só nas instalações da agroindústria, mas na sua casa, no local de moradia, o que tem sido prova do quanto tem melhorado sua condição de vida e moradia e de sua sustentabilidade, “com a garantia que o que se está fazendo continue a ser feito”. Conforme relatado por um agricultor visitado,

“meu pequenino aqui, eu já estou ensinando desde cedo o nosso trabalho, pra (sic) ir se acostumando a ter gosto pelo que fazemos. Que só assim podemos dar uma vida melhor, estudo, dignidade e trabalho pra (sic) nossa família” (jan.2007).

A perspectiva de desenvolvimento e produção de álcool anidro está sendo analisada, considerando-se a estrutura produtiva da cana-de-açúcar, revelando o potencial para a implementação da produção e distribuição de mais um derivado que poderá auxiliar na agregação de valor à produção local, haja vista determinação legal para que toda gasolina brasileira deva conter de 20 % a 24% de álcool anidro em sua composição.

Na região de Crissiumal, a agroindustrialização da cana-de-açúcar foi iniciada em meados de 1998, inclusive com Selo de Garantia, possibilitando a produção de produtos como a cachaça, melado e açúcar mascavo, e conseqüente utilização do bagaço como adubação orgânica e alimento para o gado, evidenciando os tratos ecológicos e a questão ambiental, seja no plantio, na capina e na rebrota. Sendo que a comercialização dos produtos além de ser registrada a nível local, regional e estadual, tem havido envio de cachaça para outros países,

tais como Chile, Bélgica e Alemanha. Por exemplo, no caso da Alemanha a aceitação de um produto orgânico com o selo de garantia da Fonte Nova e certificação pela ECOCERT⁵⁰ tem sido motivo de orgulho para os agricultores cooperativados.

Fotografia 05 – Agroindústria de aguardente orgânica



Fonte: EMATER/RS-ASCAR, base CERVI (2006).

Para os agricultores familiares, houve melhoria de qualidade de vida, comunicação e a possibilidade e facilidade de aquisição de produtos e serviços que antes somente o meio urbano poderia oferecer.

⁵⁰ Certificadora de produto orgânica de origem francesa.

Conforme a Coordenação da COOPERFONTE NOVA,

“Foi um trabalho muito direcionado para o pequeno produtor mesmo. Há uns 5 anos atrás, o produtor não tinha água potável, nós botamos (sic). Ele tem mais uma despesa mensal. Ele não tinha telefone celular, hoje todo o pessoal do interior tem. Ele tem mais uma despesa mensal. Aí, a luz ele já tinha. E comida alguma coisa ele tem que comprar. Então, pra (sic) você ter uma despesa mensal de telefone, luz, água e a “bóia”, tu tem que ter uma renda mensal. Você não pode ter uma renda uma vez por ano. Como tu vai paga (sic) tuas contas? Tá (sic) me entendendo? Isso tudo mudou nesses últimos anos. Hoje o nosso produtor tem uma renda por mês” (jan./mar.2007).

Agora, considerando-se o rendimento médio mensal obtido pelos agricultores de Crissiumal, quando perguntados qual é o rendimento médio mensal obtido atualmente, a maioria dos entrevistados respondeu receber valores acima de R\$ 400,00/mês, com algumas ocorrências de recebimentos superiores (em torno de R\$ 400,00/semana), quando nas atividades desenvolvidas anteriormente à agroindústria o seu rendimento médio era inferior a R\$ 400,00/mês.

O coordenador da Cooperfontenova afirma que

“marcadamente, muitos filhos que antes queriam sair de casa, procurar um emprego, sair da propriedade, hoje está inserida no processo, possuem um PRONAF em seu nome, se emanciparam, ganham uma renda em função do trabalho na agroindústria que lhes proporciona a melhoria da autoestima e renda” (mar.2007).

Os resultados do Pacto Fonte Nova e a viabilidade das agroindústrias familiares de Crissiumal podem ser comprovados e fundamentados considerando-se sua participação no valor adicionado do município, que conforme dados da coordenação da Cooperfontenova,

“... somando o total do valor adicionado das pequenas agroindústrias que vendem com o bloco do produtor rural chegamos a 20% do valor adicionado. O movimento gerado em reais atualmente passa de 2,5 milhões de reais o faturamento bruto anual das agroindústrias” (ago.2007).

Após a análise dos dados do município de Crissiumal e consideradas as técnicas analíticas, o valor adicionado bruto (VAB) gerado na agropecuária (apresentado na tabela 7), representando 49,57% do total, traduz uma participação da população ocupada rural na população ocupada total, o que implica caracterizar o município como tipicamente rural (inspirado em PAIVA, 2004). Quanto ao setor econômico de Crissiumal, no qual predomina a produção e distribuição de produtos agropecuários processados a partir das atividades das agroindústrias familiares, de fato, o município depende da agropecuária e da agroindústria de uma forma muito particular: ela é a principal fonte de integração da comunidade com o exterior e com o mercado nacional, uma vez que as agroindústrias respondem por 20% do valor adicionado bruto do município (ver tabela 8).

Tabela 7 - Indicadores de macroespecialização e PIB do município de Crissiumal, do COREDE Noroeste Colonial e do Rio Grande do Sul nas Produções Agropecuária, Industrial e de Serviços – 2004

Município/Região	Estrutura (%) do VAB			PIB	PIB <i>per capita</i>	População (habitantes)
	Agricultura	Indústria	Serviços	(R\$ 1.000,00)	(R\$1.000,00)	
Crissiumal	49,57	15,26	35,18	131.078	9.355	13.904,00
Noroeste Colonial	34,11	23,20	42,69	3.493.911	11.416	306.063,00
Rio Grande do Sul	16,34	42,66	41,00	142.874.226	13.320	10.726.063,00

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social

IBGE/Coordenação de Contas Nacionais, 2004.

Nota: Estrutura do Valor Adicionado Bruto: Agropecuária; Indústria; Serviços.

Tabela 8 - Estrutura do valor adicionado bruto do município de Crissiumal nas Produções Agropecuária, Industrial e de Serviços – 2004

Município	ESTRUTURA DO VAB (em R\$ 1.000,00)		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
Crissiumal	64.969,28	19.996,95	46.112,25

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidades@>>. Acesso em 18 set.2007.

Como a demanda sobre os produtos agrícolas do município não é essencialmente interna, implica dizer que os produtos agropecuários contam com mercados externos em

expansão, que normalmente são a fonte de demanda autônoma necessária ao seu desenvolvimento.

O apelo a mercados externos é a forma mais simples de romper com o círculo vicioso da estagnação autárquica. E a maneira necessária de inserção no mundo das trocas inter-regionais é produzindo, com os recursos e conhecimentos internos, algo de aceitação externa relativamente ampla e generalizada, o que, via de regra, em regiões emergentes no plano da produção mercantil, impõe uma especialização agropecuária (PAIVA, 2004, p.29).

4.1.3 Abordagem da multifuncionalidade da agricultura a partir dos resultados alcançados pelos agricultores familiares em Crissiumal

Considerando-se as possibilidades oferecidas pela noção de multifuncionalidade da agricultura em face das peculiaridades da realidade rural brasileira (MALUF, 2003, p.135), sobretudo no município de Crissiumal, as análises a seguir apresentadas tratam das dimensões da multifuncionalidade da agricultura familiar – alcançadas pelos agricultores familiares em Crissiumal – que fundamentam sua estratégia de reprodução social garantindo a sustentabilidade da reprodução social dos envolvidos no processo. Considerando que as possibilidades de análise da multifuncionalidade da agricultura possam ser delimitados em três níveis – as famílias rurais, o território e a sociedade – considera-se aqui, as questões referentes à dinâmica de reprodução dessas famílias inseridas num determinado território e contribuindo para a configuração desses territórios. A dimensão território trata da investigação da percepção das “funções” e a correspondente atuação dos atores e redes sociais importantes para a construção social do território. Quanto ao nível da sociedade, apreende-se sobre a análise das políticas públicas direcionadas para o segmento da agricultura familiar, tentando focar em que medida elas alcançam a multifuncionalidade da agricultura familiar (inspirado em MALUF, 2003).

É importante assinalar que as funções atribuídas à agricultura familiar não se manifestam igualmente nos diferentes contextos e particularidades de cada família ou agroindústria familiar objeto da observação. Entretanto, as funções identificadas constituem a

principal referência para a avaliação da multifuncionalidade da agricultura no estudo de caso e nas observações a seguir descritas (baseado em MALUF, 2003, p.136).

A função de reprodução social das famílias de agricultores familiares refere-se à geração de trabalho e renda que possibilita às famílias permanecerem no meio rural com dignidade, considerando-se o contexto em que se encontram em termos de endividamento e queda de renda real que predomina no segmento da agricultura familiar.

No caso de Crissiumal, a função de geração de emprego é considerada como o fator de melhoria social mais significativo. As agroindústrias são as mais importantes geradoras de ocupação e de postos de trabalho, tanto direta quanto indiretamente, inclusive envolvendo a maioria dos estabelecimentos comerciais do município e arredores.

A contribuição da agroindústria familiar para a reprodução social é analisada sob duas situações. Primeiro, na função básica da agricultura – atividades agrícolas, pecuárias e extrativas – como geradora de ocupação e determinante da dinâmica territorial. Segundo, a atividade que caracteriza as famílias rurais que identifica a produção tanto para comercialização quanto para o autoconsumo, que se traduz na contribuição agrícola mercantil para a reprodução econômica das famílias. Ou seja, ao agregar valor à produção de “matéria-prima” para agroindustrialização, além de ocupação, o processo possibilita a geração de renda, contrapondo-se à decrescente renda agrícola que está sujeita ao exercício único da atividade agrícola básica.

Continuando o relato da Coordenação da Cooperfontenova,

“O produtor que aumentou a demanda de amendoim teve que importar amendoim inspecionado de Santo Antonio da Patrulha, para fazer a rapadura dele, ... porque a demanda dele aumentou ... olha (sic) que Crissiumal aumentou uma produção de

amendoim ... olha (sic) que ele conseguiu trazer um filho de volta, olha (sic) que o Pacto até isso gerou...” (mar.2007).

“O cara (sic) das cachaças, que tá (sic) exportando cachaça, o cara (sic) é formado, com mestrado em Desenvolvimento Rural. Veio em casa pra toca (sic) a propriedade, e construiu com os outros agricultores a agroindústria, no ano de 2000... Nós temos o rapaz dos ovos de codorna, que já trabalhava na cidade, e que voltou pra casa por causa da agroindústria... O cara (sic) da rapadura trabalhava lá em Sapiranga, numa fábrica de calçados, voltou para tocar a agroindústria... Nós temos agora o êxodo ao inverso” (mar.2007).

A partir de Maluf (2003) e Schneider (2001), nas informações analisadas, pode-se estabelecer uma relação positiva entre o nível de renda monetária e de satisfação social das famílias pesquisadas e envolvidas no processo e o peso econômico da atividade de agroindustrialização desenvolvida. Em outras palavras, quanto maior o envolvimento da família na agroindústria, maior tem sido o seu nível de satisfação monetária e social, o que vem a corroborar a importância da multifuncionalidade e da pluriatividade como estratégia de elevação da renda monetária das famílias rurais.

Importante assinalar, também, que embora a atividade agrícola própria tenha perdido centralidade para a reprodução econômica das famílias, principalmente via mercado, ela mantém aspecto de papel relevante no que tange à dinâmica de reprodução social familiar, pois o acesso à terra e as atividades agrícolas desenvolvidas na terra são garantia de habitação e alimentação. E ainda, as atividades agrícolas são, também, a raiz das atividades rurais não-agrícolas – exemplificando, a agroindústria e o turismo rural, sendo que a condição de agricultor é elemento fundamental em termos de identidade e inserção social para as formas de sociabilidade da família rural.

A opção dos agricultores familiares quanto à estratégia de reprodução social demonstra sua frustração quanto às expectativas quanto ao futuro da atividade agrícola e a permanência no campo. Entretanto, quando perguntados quanto à possibilidade de deixar de exercer atividades agrícolas, os entrevistados enfatizaram sua condição de agricultor que pretende continuar a cultivar a terra e que não vislumbram outra alternativa de trabalho que

não a de ocupação em atividades ligadas ao uso agrícola da terra, com alguns associando sua condição à atividades de turismo rural como forma de transmitir aos “turistas” que sua condição de agricultor não mudou – sua forma de vida, condição social e hábitos e cultura como “agricultores que vivem na colônia” basicamente consumindo produtos de origem colonial e de produção predominantemente para subsistência, ficando evidente, a importância dada à propriedade da terra. Conforme relatado por um entrevistado:

“meu guri que queria saí (sic) de casa, tinha ido embora pra (sic) Porto Alegre e tava (sic) desempregado ... hoje tá (sic) trabalhando comigo, casou, possui um PRONAF no nome dele, comprou três hectares e tá (sic) trabalhando comigo e a mulher ... plantando cana e fazendo melado”(mar.2007).

A função da segurança alimentar deve ser valorizada, pois diz respeito ao papel de garantir a segurança alimentar sob duas perspectivas. A primeira refere-se à produção agrícola em si, à sua capacidade de fornecer quantidades de alimentos para a população, para o mercado. Em segundo, a capacidade de possibilitar o acesso aos alimentos. Por exemplo, conforme relatado por uma entrevistada, nutricionista e extensionista, “o hospital municipal, além de algumas escolas na região são beneficiadas ao receberem produtos oriundos das agroindústrias de Crissiumal” (jan.2007).

Conforme Extensionista entrevistada e relatos da COOPERFONTENOVA,

“através de suas 124 famílias associadas, a Cooperativa participa do fornecimento de merenda escolar para os municípios de Humaitá, Horizontina, e tem mais um projeto de merenda escolar que estamos trabalhando conjuntamente, para o fornecimento de merenda escolar para o município de Cachoeirinha, na região da Grande Porto Alegre, que beneficiaria em torno de 22.000 alunos da rede de ensino” (jan./mar.2007).

Como os agricultores familiares produzem diversos produtos, além dos derivados das agroindústrias, tais produtos são destinados tanto para subsistência, distribuição na comunidade local/regional – comércio, merenda escolar, hospitais, Programa Fome Zero para a população de baixa renda – quanto para outras regiões, como exemplo o caso do leite.

Em Crissiumal, as funções de manutenção do tecido social e cultural e de preservação dos recursos naturais e da paisagem rural apresentam relação à medida que os agricultores envolvidos no Circuito Turístico “Mundo Colonial” se empenham em demonstrar seu dia-a-dia e o seu modo de vida sócio-cultural valorizando o conhecimento do manuseio das atividades que é passado de “pai para filho” conforme a tradição da agricultura familiar. O resgate do seu modo de vida na comunidade como sendo mais saudável, valoriza a produção de alimentos orgânicos, artesanalmente, com matéria-prima local (caseira), dando ênfase ao contato e à preservação da natureza. Na rota turística as famílias demonstram a importância da agricultura familiar como ator social responsável por grande parte da dinâmica rural e com presença na articulação rural-urbana da região. O plano alimentar antigo é buscado, revisto e transformado em atrativo turístico, se transformando numa nova fonte de renda para os produtores familiares, numa busca de valores que, além da memória gastronômica, remete ao resgate histórico.

Conforme relato, “quando a gente recebe as visitas de quinta-feira, a gente deixa bem claro pros (sic) visitantes que o nosso melado é feito do mesmo jeito desde muito tempo ... meu pai me ensinou assim e esse meu guri aqui, tá (sic) aprendendo a fazê (sic) assim também “(jan.2007).

Foi criado no primeiro semestre do ano de 2005, o “Circuito Turístico de Crissiumal” para organizar as atividades e o fluxo de turistas que visitam o município para conhecer a tecnologia, metodologia de trabalho e políticas públicas aplicadas nas agroindústrias. Nas visitas são exibidas a gastronomia e as belezas naturais da região, sempre associando a preocupação ambiental e cuidando para não interferir nos aspectos culturais da população. Estas ações tem contribuído para diminuir o êxodo rural e resgatar a auto-estima das pessoas, valorizando a cultura e criando um comportamento ambientalmente correto nas comunidades.

Um extensionista relata que

“A partir do RS/Rural, muitos agricultores realizaram um termo de conduta (receberam palanque e cerca – identificou-se todas as propriedades com a utilização de Placas de Identificação com o selo da Cooperativa), cercaram uma área de preservação ambiental o que hoje começa a identificar a mata ciliar” (jan.2007).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior utilização da expressão agricultor familiar, principalmente a partir da década de 1990, em substituição ao conceito de *camponês*, típico da década de 1960, possibilita homogeneizar diversas situações sob um mesmo aporte conceitual teórico-empírico. O *camponês*, que estava relacionado à falta de acesso à terra, era contrastado com o latifúndio, numa situação que traduzia a politização agrária no período. Atualmente, a dicotomia é verificada entre o agricultor familiar e a agricultura empresarial, variando conforme o tipo de mão-de-obra utilizada e a gestão do estabelecimento. Portanto, um tratamento mais operacional, sem explicitar as diferenças relevantes que destacam os dois grupos – acesso à terra, à educação, desenvolvimento tecnológico, quanto aos mercados que atuam e, principalmente às instâncias decisórias. Ou seja, agricultura familiar tem sido um conceito unificador que acomoda conflitos e despolitiza as discussões sobre o rural no Brasil, bem como as relações entre campo e cidade.

A definição adotada pelo PRONAF sobre a agricultura familiar é operacional legitimada pelo fato de seu objetivo ser o recorte do universo dos agricultores que serão beneficiados por esta política. Tal definição é o resultado de uma negociação entre as forças sociais envolvidas, os movimentos sociais distintos e os representantes dos poderes públicos, sendo que essa definição pode se alterar, numa ou noutra direção, em função da correlação de forças sociais presentes na negociação. Por outro lado, está a definição dos pesquisadores do mundo rural que têm um grande interesse em compreender a agricultura familiar no Brasil, independentemente do recorte ocasional do PRONAF. Para formular um conceito, num exercício teórico da definição de agricultura familiar, os pesquisadores se inspiram na literatura clássica e realizam pesquisas sobre a realidade brasileira em seus diversos e distintos contextos sociais. Sob esta perspectiva, conceitua-se agricultor familiar como aquele cuja família possui posse dos meios de produção, organiza sua atividade produtiva e, ao mesmo tempo, trabalha na unidade produtiva. As formas como estes três elementos – terra, trabalho e família – se combinam socialmente estão na origem da grande diversidade de expressões da agricultura familiar nas situações concretas e que são objeto constante de nossas pesquisas.

No conjunto de agricultores hoje denominados de familiares, internamente ao seu conjunto, embora se tente unificá-los conceitualmente, há grandes contrastes e diferenças, a começar pela origem. Pois, embora a historiografia o tenha tratado como não essencial, o agricultor familiar produtor de alimentos sempre esteve presente em todo o território nacional, desde o Brasil do período Colonial tanto pelo protocampesinato escravo⁵¹, quanto pela produção realizada pelos mestiços e mulatos em terras marginais, o que possibilitava o abastecimento de vilas e povoados. O abastecimento interno também era o destino da produção. Contrariando clássica tese de que os engenhos eram auto-suficientes, essa produção existia e era responsável pelo abastecimento do mercado interno. Esta discussão demonstra o que era a recusa dos engenhos e dos latifúndios em ocupar suas terras com culturas alimentares, optando pelas culturas agroexportáveis.

No período colonial, a ação da Coroa portuguesa quanto à produção de alimentos era restrita quase exclusivamente à imposição por lei – baixando provisões e alvarás, determinando obrigatório o plantio de gêneros alimentícios, principalmente a mandioca. Legislação que era direcionada aos senhores de escravos e pouca obedecida por eles – durante os séculos XVII e XVIII. Durante o período colonial, para o conjunto “agricultores familiares” não havia política que incentivasse o plantio de alimentos, apenas medidas que visavam regular a distribuição e venda dos produtos voltados ao abastecimento interno e que garantissem condições para a continuidade do projeto agroexportador.

No Brasil Império houve a formação de outro grupo de agricultores familiares, os imigrantes europeus, tanto os que vinham como colonos, como aqueles que vinham como mão-de-obra para as grandes fazendas. Então, os agricultores familiares de hoje são resultado de uma miscigenação e de diversas situações – origem escrava (negra e índia), mestiça, cabloca branca (não herdeira) e européia. E, assim como as diversidades culturais, há as trajetórias de inserção (e exclusão) ao projeto de desenvolvimento do País, desde o acesso à terra, a relação com o poder, a formação e a capacitação. Num Brasil de proporções

⁵¹ Cardoso (1987), utiliza a expressão “protocampesinato escravo” referido-se a atividades agrícolas (plantios) realizados em pequenos lotes de terra concedidos aos escravos pelo grande fazendeiro, no interior das grandes propriedades.

continentais, há ainda os diversos ecossistemas que resultam em diversas formas de relação com o meio ambiente, com a natureza.

Diversidades que, ao longo de cinco séculos de história, tem sido tratadas pelo Estado de maneira secundária, desde o modelo agroexportador até o urbano-industrial, numa trajetória de políticas públicas que trataram de minimizar esse atores, frente à sua pouca organização e baixa capitalização, destinando a eles pouco apoio.

Constatou-se nas análises realizadas que as famílias de agricultores familiares têm obtido incrementos de renda toda vez que desenvolvem outras atividades além das relacionadas com a produção agrícola mercantil. Atividades fundamentadas com a existência de ações concretas por parte do Estado, quer por políticas públicas (federais, estaduais e municipais) que consideram a importância e contribuição do meio rural, sobretudo da agricultura familiar para o processo de desenvolvimento, alcançando as múltiplas funções e olhares das atividades desenvolvidas pelas famílias rurais, quer seja pelo reconhecido sucesso do modelo de agricultura familiar implantado no sul do Brasil. No caso das agroindústrias familiares de Crissiumal, as funções consideradas na análise apresentada foram alcançadas pelas políticas públicas, o que demonstra até que ponto tais políticas são sustentáveis. As funções – reprodução social das famílias rurais e da sociedade; segurança alimentar da sociedade local e de outras comunidades; contribuição para a manutenção e divulgação de valores tradicionais, sociais e culturais decorrentes de fatores associados à identidade social e a formas de sociabilidade das famílias e comunidades rurais; e a preservação ambiental e conseqüentes ações de educação ambiental e de preservação dos recursos naturais e da paisagem rural – são identificadas considerando-se as relações entre as famílias de agricultores familiares e o território em que estão inseridos.

Nessa perspectiva o presente estudo permite concluir que a agroindústria familiar tem sido uma alternativa viável para a persistência e reprodução das famílias no meio rural da região de estudo, pois tem proporcionado estabilidade em termos de oportunidade de trabalho, geração de renda e emprego e alcance de níveis superiores de qualidade de vida na sua

concepção de sustentabilidade – garantia de que a “melhoria” de vida, educação, solidariedade, conforto, dignidade e cidadania se mantenha entre todos e às gerações futuras.

A viabilidade das agroindústrias familiares de Crissiumal também pode ser comprovada e fundamentada considerando-se sua participação de 20% no valor adicionado bruto do município, ou seja, ante um valor adicionado bruto total de R\$ 131.078,47 a participação das agroindústrias de Crissiumal é de aproximadamente R\$ 26.215,69⁵².

Para finalizar, retoma-se o objetivo central desta dissertação, que teve como proposta apresentar como os agricultores familiares de Crissiumal reorganizaram os mecanismos de sua reprodução social sem depender ou promover uma modernização tecnológica nos processos produtivos e sem abandonar os princípios tradicionais que norteiam sua vida e seu comportamento. A análise da agroindústria familiar como estratégia de sustentabilidade e sua contribuição para o desenvolvimento regional, a partir da multifuncionalidade da agricultura familiar observadas as dimensões da noção de sustentabilidade, demonstrou como esta alternativa de produção e reprodução social permitiu que os pequenos produtores e suas famílias continuassem vivendo em suas propriedades e em sua comunidade local, contribuindo e participando de um processo de desenvolvimento endógeno, reconquistando sua dignidade e autoestima. Constata-se que a agroindústria familiar tem desempenhado um papel de desenvolvimento regional, pois consiste numa atividade local que ao mesmo tempo gera renda e mobiliza os setores locais, sendo que a renda gerada e apropriada pelo “produtor” tem sido incentivada a ser consumida na sua própria localidade, gerando economias locais, estimulando o entorno da localidade/região, possibilitando gerar diversificação na produção que por sua vez geram alternativas internas para o território numa perspectiva de desenvolvimento endógeno. Perspectiva que pode ser considerada a partir da seguinte afirmação:

O pacto é um Programa de desenvolvimento regional, por que nós temos agroindústrias no município de Humaitá, Tiradentes do Sul, Horizontina, Nova Candelária, produzindo não só comida, mas sabão, tijolo, vassoura, moinhos de moer farinha (COOPEFONTENOVA, mar.2007).

⁵² Valores em R\$ 1.000,00. Conforme informação disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidades@>>. Acesso em 18 set.2007.

Neste estudo buscou-se também demonstrar que as transformações que ocorreram no cenário rural-agrícola da região do COREDE Noroeste Colonial, especificamente no município de Crissiumal, não podem ser entendidas apenas como uma conseqüência do processo de modernização da agricultura ou da Revolução Verde, mas como uma estratégia de viabilizar a agricultura familiar em detrimento da situação de estrangulamento em que se encontrava o segmento. Para tal entendimento, recorreu-se a um referencial analítico que permitiu uma interpretação de sua dinâmica de desenvolvimento. Observou-se que a dinâmica se dá através da inter-relação dos atores sociais públicos e privados, o governo municipal e a sociedade com o sistema produtivo local da agricultura familiar de origem colonial. Outra pretensão desta pesquisa foi a de contribuir para o conhecimento das mudanças recentes da sociedade gaúcha, residindo na tentativa de demonstração da peculiar forma de inter-relação entre as formas de trabalho e de produção entre agricultores familiares e as transformações sociais que se registraram no município de Crissiumal.

Finalizando esta dissertação, entendemos que a abordagem apresentada deve ser vista como uma estratégia ou modelo teórico-metodológico que identifica os componentes de um processo de desenvolvimento regional endógeno analisado na perspectiva das agroindústrias familiares de Crissiumal, numa abordagem analítica composta pela observação de uma agricultura familiar pluriativa-multifuncional cujo perfil seja considerado e amparado pelas políticas públicas, desde o nível municipal, estadual e federal. E que esta estratégia esteja afinada com os novos conceitos e dimensões da sustentabilidade, ruralidade e territorialidade; com a cumplicidade da presença de um coletivo organizado a partir do território, um capital social básico – produtor familiar, lideranças locais, atores sociais públicos e privados, representações do Estado – organizados envolvendo um mínimo de solidariedade, numa estrutura dinâmica, competitiva e baseada no esforço endógeno, a fim de melhorar as técnicas utilizadas nas atividades locais, apresentando inovações, produzindo internamente e atendendo “inclusive” um mercado externo sem ser necessariamente dependente.

Como o estudo de caso tem demonstrado ser um instrumento pertinente para analisar a evolução dos ajustes pelos quais a atividade agrícola tem sofrido atualmente, para o avanço e

aprofundamento da nossa análise, sugerimos a realização de pesquisas que considerem nossa abordagem para identificar estratégias de reprodução que foram adotadas por outras localidades ou regiões. Tais pesquisas são relevantes para conhecer-se experiências e limitações do desenvolvimento local/regional, ao mesmo tempo que nos permite realizar estudos comparativos, o que vem a contribuir para o enriquecimento do estudo e o entendimento do processo de desenvolvimento regional.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL: Regiões dos COREDES. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=467>>. Acesso em: 04 fev. 2007.

BCB. Banco Central do Brasil. *VI Seminário Banco Central sobre Microfinanças*. Disponível em: <www.bcb.gov.br/pre/SeMicro5/Palestras/10_2_Walter.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2007

BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra*. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.

BRÜSEKE, Franz Josef. “O Problema do Desenvolvimento Sustentável”. In: VIOLA, Eduardo et al. (Org.) *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais*. Santa Catarina: Cortez Editora, 1995, p. 29-40.

CMMAD. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

CNUMAD. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Agenda 21*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 125p.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.) et alii. *Para Além da Produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: *I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural*, 2005. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2005.

CERVI, Ângela Roberta. *Mundo Colonial: a experiência do turismo rural no município de Crissiumal – Rio Grande do Sul*. Sistematização apresentada em Porto Alegre à Gerencia Geral. Crissiumal: EMATER/RS-ASCAR, 2006.

DIEESE/NEAD/MDA. *Estatísticas do Meio Rural*. São Paulo: DIEESE, 2006. 276p. Disponível em <http://www.mda.gov.br/arquivos/estatisticas_rurais.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2007.

FAO. *The strategic framework for fao: 2000-2015 – A Summary*. 2000.

HADDAD, Paulo Roberto (Org.). *Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise*. Fortaleza: BNB, 1989.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981. 185p.

- MALUF, Renato Sergio. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.) et alii. *Para Além da Produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p.135-152.
- MDA. Secretaria da Agricultura Familiar. Agroindústria. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?scid=290>>. Acesso em 04 jul. 2007.
- MDA. Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – 3ª versão. Brasília: CNDRS/MDA, 2002.
- MDA. *PRONAF*: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília: Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, 1996. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?scid=393>>. Acesso em: 10 abr. 2007.
- MELLO, João Manoel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MEADOWS et al. *Limites do Crescimento*. 1.ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.
- NORTH, Douglass C. A agricultura no Crescimento Econômico Regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (Org). *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/MINTER, 1977, p.333-343.
- PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Desenvolvimento Regional, Especialização e suas Medidas. In: *Indicadores Econômicos*. v.16. n.2. Porto Alegre: FEE, 2006a.
- PACTO FONTE NOVA. Disponível em: <<http://www.pactofontenova.com.br/sobre.php>>. Acesso em 28 ago. 2007.
- PAIVA, Carlos Águedo Nagel; TARTARUGA, Iván G. Peyré. *Sabedoria e Ilusões da Análise Regional*. Porto Alegre: FEE, 2006b (mimeo).
- PAIVA, Carlos Águedo Nagel. *Re-regionalizar o RS para planejar o desenvolvimento endógeno dos territórios retardatários: um programa de pesquisa em curso*. Porto Alegre: FEE, 2006d. (mimeo)
- PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Regionalização com vistas ao planejamento do desenvolvimento endógeno sustentável. In: *Anais nas Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada*. Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2005.
- PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região? In: *Documentos FEE*. n .59. Porto Alegre: FEE, 2004.
- PERICO, Rafael Echeverri; RIBEIRO, Marília Pilar. *Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: IICA, 2005.
- PORTO, Stela Grossi (org.). *POLITIZANDO a tecnologia no campo brasileiro: dimensões e olhares*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. 226p.
- PORTO, Stela Grossi; SIQUEIRA, Deis Elucy. A Pequena Produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. In: *Produção Familiar, Processos e Conflitos Agrários. Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre: UFRGS/PPGS, v.6, p.76-88, 1994. 229p.
- PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 4.ed São Paulo: Brasiliense, 1972. 217p.

- RIEDL, Mario; MAIA, Cláudio Machado. Especialização e Potencial Endógeno na Análise Regional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 3. n.2, p.27-48, 2007.
- ROCHA, Luiz Augusto. *Modernização e diferenciação social: o caso do programa de assentamento dirigido no Distrito Federal - PAD/DF*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, set.1992. 193 p. (Dissertação)
- SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.
- SCHWARTZMAN, Jacques. (Org). *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/MINTER, 1977, p.333-343.
- SILVA, J. G. *A modernização conservadora: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Zahar: Rio de Janeiro, 1992.
- SCHNEIDER, Sergio. O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural. In: *Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável*, 2005. Brasília: MDA, 2005.
- SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. In: X Congresso Mundial de Sociologia Rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*. v.16, p.164-184, 2001.
- SCHNEIDER, Sergio. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- SILVA, José Graziano da. *Estrutura agrária e produção na agricultura brasileira*. 2.ed São Paulo: HUCITEC, 1980. 240p.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. (Orgs.) et alii. *Para Além da Produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p.23-56.
- WATKINS, Melville H. Teoria Primária do Crescimento Econômico. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (Org). *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/MINTER, 1977, p.255-279.
- VEIGA, José Eli da. *O que é rural? O que é urbano?* Rumos. Rio de Janeiro: ABDE, v.28, n.212, p.4-8, nov./dez.2003.
- VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002. 304p.
- VERDE, Valéria Villa. *Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento*. Curitiba: IPARDES, fev. 2004.

7 ANEXOS

ANEXO A - Roteiro de entrevistas aos agricultores

a) Agricultores familiares:

1. Comente, brevemente, a origem de seus pais e avós. Origem de terra possuída: entrevistado; pais e avós do entrevistado.
2. Quais as atividades realizadas anteriormente ao trabalho na agroindústria?
3. Como eram produzidas?
4. O que era consumido no estabelecimento e o que era comercializado?
5. Por que começou a dedicar-se à agroindústria?
6. Em que período começou a produzir na agroindústria?
7. Quem foram os primeiros a adotar a “idéia”?
8. Como a atividade era desenvolvida no início?
9. Qual foi o período em que mais se produziu na agroindústria?
10. Quando e por que se deixou de plantar soja, ou outro produto qualquer, anterior a agroindústria?
11. Qual é, ou quais são as principais atividades desenvolvidas no momento?
12. Há quanto tempo pratica e por que escolheu essa atividade? Continua plantando/cultivando na terra?
13. Quantas pessoas na família trabalham na agroindústria?
14. Essa atividade proporciona renda suficiente para a família?
15. Quantas pessoas na família trabalham na agroindústria?
16. Houve melhoria na qualidade de vida e emprego? Por quê?
17. Quais os horários e os períodos que se dedicam à agroindústria?
18. Quantas horas por dia, em média, se dedica à atividade?
19. Qual era o rendimento médio mensal obtido das atividades realizadas anteriormente ao trabalho na agroindústria?
 - a) até R\$ 200,00 []
 - b) R\$ 200,00 a 400,00 []
 - c) R\$ 400,00 a 600,00 []
 - d) R\$ 600,00 a 1.000,00 []
 - e) R\$ 1.000,00 a 2.000,00 []
 - f) mais de R\$ 2.000,00 []

20. Qual é o rendimento médio mensal obtido atualmente?
- a) até R\$ 200,00 [] b) R\$ 200,00 a 400,00 [] c) R\$ 400,00 a 600,00 []
d) R\$ 600,00 a 1.000,00 [] e) R\$ 1.000,00 a 2.000,00 [] f) mais de R\$ 2.000,00 []
21. O que é sustentabilidade no seu entendimento?
22. Como acontece a entrega e o recolhimento da produção? O trabalho é realizado autonomamente? Ou para qual “agroindústria ou instituição” trabalha?
23. Qual é o percentual de “agricultores” em relação à procedência e sexo?
24. Você gosta de trabalhar na agroindústria?
25. Pretende permanecer no meio rural ou localidade em que vive?
26. Como você considera o trabalho no meio rural?
27. Quais os principais problemas de trabalhar na agroindústria e morar no meio rural?
28. Como é a sua relação com a comunidade?

b) Agricultores pluriativos ligados à Agroindústria

29. Quais as principais atividades não agrícolas desenvolvidas no município? Há quanto tempo pratica estas atividades?
30. Por que começou a trabalhar no setor na agroindústria?
31. Quantas pessoas na família trabalham na agroindústria?
32. Quais os horários e os períodos que se dedicam agroindústria?
33. Quantas horas por dia, em média, se dedica à atividade?
34. Como você percebe a situação da agroindústria hoje? Você considera uma atividade rentável para quem trabalha? O preço pago/recebido é justo?
35. Como você percebe a melhora na sua qualidade de vida?
36. O que é sustentabilidade no seu entendimento?
37. Quais as principais tarefas que você desenvolve e quais os principais produtos que você produz?
38. Quais as maiores dificuldades para trabalhar na agroindústria?
39. É muito difícil para começar a trabalhar na agroindústria familiar?
40. Para quem são vendidos os produtos?

ANEXO B - Roteiro de entrevistas aos extensionistas

1. Há quanto tempo trabalha na EMATER de Crissiumal?
2. Como você percebe o processo de modernização da agricultura no município?
3. Como você percebe a crescente inserção dos agricultores na produção voltada para o mercado?
4. Quais as principais atividades não agrícolas desenvolvidas no município?
5. Quais as causas que levaram os agricultores se dedicarem às atividades não agrícolas no município e na região?
6. Qual a importância do município e da região para o desenvolvimento local?
7. Como e por que ocorre o desenvolvimento desigual entre o município de Crissiumal e os municípios mais próximos?
8. Como os agricultores estão modificando o seu modo de vida?
9. Quais os principais problemas e perspectivas para o meio rural do município?
10. Qual é o papel da agroindústria familiar e como esta vem atuando na geração de novas formas de obtenção de renda para os agricultores familiares?
11. Qual é o atual número de “agroindústrias” em Crissiumal?
12. Qual é o atual número de “agricultores em agroindústrias”?
13. Quais os principais problemas em relação aos “agricultores pluriativos”?
14. O agricultor familiar considera-se pluriativo ou multifuncional?

Sobre a organização e o território:

15. Qual o eixo em torno do qual gira a atuação da EMATER? (cadeias produtivas, agricultores, mulheres, municipalidade, etc.)
16. Quais os principais interesses representados no interior da EMATER e como eles se expressam na atuação dela?
17. O(a) senhor(a) considera que os espaços/esferas de atuação da EMATER são satisfatórios? Porquê? (identificar o que o entrevistado considera como satisfatório)
18. Quais os efeitos da atuação da organização sobre a localidade (pensar em termos de ordenamento do território, atividades econômicas, manutenção dos recursos naturais, etc.) e sobre o bem-estar da população?
19. Que problemas a atuação da EMATER enfrenta na localidade e como busca resolvê-los?

20. Quais os planos futuros da EMATER para melhor cumprir com seus objetivos?
21. Qual a importância da agricultura para o município?
22. Como foi a evolução do meio rural nos últimos 20 anos e qual a opinião do entrevistado sobre isto?
23. Quais seriam as características adequadas para ser um agricultor familiar nos dias de hoje?
24. Quais têm sido as conseqüências desta evolução para os jovens?
25. Quais os principais problemas ligados à atividade agrícola no município?
26. Continuando desta maneira, como será o “local” em daqui a 10 anos? Explicar o que se entende por local.
27. Em termos de uma caracterização de Crissiumal em relação às suas atividades produtivas, culturas, costumes e situação sócio-econômica, poder-se-ia considerar o rural como um “território” que engloba as diversas atividades econômicas agrícolas e não agrícolas que se desenvolvem e que geram oportunidades de emprego e geração de riqueza? Ou terias outra forma de caracterização? Qual?

Sobre política e sociedade:

28. Que políticas de âmbito nacional têm interferido na dinâmica local?
29. Qual a sua avaliação sobre tais políticas? (Elas são boas e importantes para a localidade, são inoperantes, isto é, meramente burocráticas sem efeitos práticos, são insuficientes ...).
30. O(a) senhor(a) saberia identificar as principais demandas da população rural para melhorar sua qualidade de vida? Como sua organização reage a estas demandas?
31. Como as políticas públicas nacionais se reportam em relação a esses interesses locais? Há convergência, há conflitos, há disputas?
32. Que setores da sociedade o(a) senhor(a) destacaria como sendo os mais importantes para o desenvolvimento local?
33. Que instituições ou organizações o(a) senhor(a) destacaria como importantes para liderar um processo de desenvolvimento local?

ANEXO C - Roteiro de entrevistas atores ligados a COOPERFONTENOVA

1. Quais as principais atividades/projetos realizados no decorrer de sua existência.
2. Quais as prioridades atuais.
3. Opinião do entrevistado sobre a organização (validade das prioridades, participação motivação ou não dos membros, etc).
4. Espaços de atuação e seu âmbito em termos territoriais (município, localidade, região...) e sociais (conjunto da população, segmento social particular).

Sobre a organização e o território:

5. Qual o eixo em torno do qual gira a atuação da organização (Pacto Fonte Nova)? (cadeias produtivas, agricultores, mulheres, municipalidade, etc.).
6. Quais os principais interesses representados no interior da organização e como eles se expressam na atuação dela?
7. O(a) senhor(a) considera que os espaços/ esferas de atuação da Pacto Fonte Nova são satisfatórios? Porquê? (identificar o que o entrevistado considera como satisfatório).
8. Quais os efeitos da atuação da organização sobre a localidade (pensar em termos de ordenamento do território, atividades econômicas, manutenção dos recursos naturais, etc.) e sobre o bem-estar da população?
9. Que problemas a atuação da Pacto Fonte Nova enfrenta na localidade e como busca resolvê-los?
10. Qual a importância da agricultura para o município?
11. Como foi a evolução do meio rural nos últimos 20 anos e qual a opinião do entrevistado sobre isto?
12. Quais seriam as características adequadas para ser um agricultor familiar nos dias de hoje?
13. Quais têm sido as conseqüências desta evolução para os jovens?
14. Quais os principais problemas ligados à atividade agrícola no município?
15. Continuando desta maneira, como será o rural daqui a 10 anos?

Sobre política e sociedade:

16. Que políticas de âmbito nacional têm interferido na dinâmica local?

17. Qual a sua avaliação sobre tais políticas? (Elas são boas e importantes para a localidade, são inoperantes, isto é, meramente burocráticas sem efeitos práticos, são insuficientes ..)
18. O(a) senhor(a) saberia identificar as principais demandas da população rural para melhorar sua qualidade de vida? Como sua organização reage a estas demandas?
19. Como as políticas públicas nacionais se reportam em relação a esses interesses locais? Há convergência, há conflitos, há disputas?
20. Que setores da sociedade o(a) senhor(a) destacaria como sendo os mais importantes para o desenvolvimento local?
21. Que instituições ou organizações o(a) senhor(a) destacaria como importantes para liderar um processo de desenvolvimento local?

Sobre representação política e sociedade

22. Como o(a) senhor(a) vê a atuação do Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial de Crissiumal – PMDA? (sondar críticas e sugestões)
23. Quais as posições mais influentes dentro do Programa?
24. Como o Programa mobiliza e consulta os setores sociais nele representados para formular a sua intervenção?
25. Existe um plano municipal de desenvolvimento local? O(a) senhor(a) o conhece? Ele é obedecido?
26. O(a) senhor(a) considera que esse plano corresponde às prioridades básicas do município?
27. Quais os principais entraves para um bom funcionamento do Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial de Crissiumal?
28. O PMDA dialoga ou interage com outros Conselhos ou entidades na localidade?
29. O(a) senhor(a) considera eficiente a interação e os debates entre as diversas organizações e segmentos sociais no município? Teria sugestões para aperfeiçoá-los?